

Estrutura social e organização espacial de necrópoles: aspectos teórico-metodológicos no estudo arqueológico de vestígios funerários – uma revisão bibliográfica*

Adriana A. Ramazzina**

RAMAZZINA, A. A. Estrutura social e organização espacial de necrópoles: aspectos teórico-metodológicos no estudo arqueológico de vestígios funerários – uma revisão bibliográfica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 12: 81-109, 2011.*

Resumo: O texto discute os aspectos teórico-metodológicos da análise arqueológica de evidências funerárias, ressaltando sua complexidade e sua relevância para o estudo de sociedades antigas, e apresenta uma metodologia de trabalho construída a partir de discussões teóricas e de pesquisas arqueológicas desenvolvidas nas últimas décadas.

Palavras-chave: Arqueologia funerária – Necrópoles – Enterramentos – Estrutura social – Organização espacial – Metodologia arqueológica.

“O que pode ser mais universal do que a morte? E ainda que incrível variedade de respostas ela evoca. (...) A diversidade da reação cultural é a medida do impacto universal da morte. Mas não se trata de uma reação aleatória, sempre é significativa e expressiva”

(Huntington e Metcalf 1979: 24).

Na Arqueologia Funerária trabalhamos com os vestígios materiais de parte dos processos de disposição do morto de determinada sociedade, que precisam ser abordados

segundo critérios e métodos de análise não só arqueológica, mas segundo critérios e métodos de análise específicos para esse tipo de contexto arqueológico, que é um enterramento.

A documentação funerária é uma categoria de vestígios arqueológicos que tem um caráter privilegiado. Bruno d’Agostino explica as razões: a mais banal é meramente quantitativa. A evidência das necrópoles é de fato a mais rica e a melhor preservada para

(*) Este artigo é resultado de nossas pesquisas enquanto bolsista de pós-doutorado da FAPESP junto ao Labeca – MAE/USP, entre 2009 e 2011.

(**) Pesquisadora colaboradora do Labeca – MAE/USP. aramazzina@yahoo.com

boa parte do mundo antigo; enquanto que a documentação dos assentamentos correspondentes é bem mais rara e descontínua. Além disso, se acrescenta outro aspecto, qualitativo: a documentação das necrópoles é, de fato, um contexto que se compõe de segmentos – as tumbas – já em si completos e significantes. O exame da necrópole, como contexto estruturado, permite – mesmo através de complexas mediações – o estudo dos aspectos das sociedades antigas: econômico, sociológico, intelectual, que dificilmente e só de modo incompleto são iluminados por outros tipos de evidências (D’Agostino 1985: 47 e ss.).

O enterramento é um tipo de achado particular pois pode fornecer dados da contemporaneidade do uso de artefatos encontrados associados, trata-se de um achado fechado. Principalmente sepulturas utilizadas uma única vez, são como um flash de um momento específico, e a associação de artefatos pode ajudar na atribuição cronológica dos mesmos.

Podemos encontrar sepulturas subterrâneas, escavadas no solo, do tamanho de um corpo fletido como uma tumba neolítica, ou com dezenas de metros de extensão como as tumbas egípcias do Vale dos Reis. Há sepulturas monumentais construídas acima do solo, evidentes como as Pirâmides de Gizé no Egito, as tumbas megalíticas da Bretanha e o Taj Mahal na Índia; e outras como Newgrange na Irlanda e o Tesouro de Atreu em Micenas, Grécia, que embora monumentais parecem verdadeiras colinas na paisagem. Podem guardar os restos mortais de um indivíduo, de uma família ou de uma comunidade toda. Há sepulturas escavadas em rochedos, e há sepulturas em cavernas naturais. Algumas comportam grande quantidade de objetos junto do morto como a tumba do Senhor de Sipán no Peru, outras primam pelo despojamento, típico de povos muçulmanos. Há sepulturas no interior de residências como em Çatal Hüyük, outras no interior de templos como é comum nas igrejas medievais européias, e outras ainda localizadas em áreas especialmente designadas como os cemitérios das cidades modernas.

Desses exemplos diversos, o que se destaca é sua diversidade.

Mas, como entender esses e tantos outros enterramentos? Começemos por entender como os grupos humanos lidam com a morte, como a vêem e o que ela representa para o grupo. Jean-Pierre Vernant fala a respeito:

“Todo grupo humano se pensa e se vê como um todo organizado, uma ordem: ele se afirma como o mundo da cultura; ele é o “civilizado”; do mesmo modo ele se define em relação ao outro: o caos, o informe, o selvagem, o bárbaro. De maneira análoga, cada sociedade deve enfrentar esta alteridade radical, esta extrema ausência de forma, este não-ser por excelência, que constitui o fenômeno da morte” (Vernant 1982: 6).

A consciência da morte é uma marca da humanidade, como afirma Rodrigues. Nós sabemos que as primeiras materializações que nos permitem acompanhar o processo de hominização são instrumentos de sílex bruto e marcas da presença humana em um território. Entretanto, outras provas desse processo se adicionaram logo a estas primeiras, as sepulturas (Rodrigues 1983: 19). Ao discutir práticas funerárias do Paleolítico, Denis Vialou complementa: “sabe-se hoje em dia que o fenômeno eminentemente social de enterramento intencional de um cadáver é recente na escala da pré-história dos homens, de quase três milhões de anos (considerando-se os mais antigos utensílios sistematicamente elaborados), podendo a mais antiga sepultura, encontrada na Palestina, ser datada entre 90 e 100 mil anos atrás, no Paleolítico Médio” (Vialou 1998: 14). Para Rodrigues, “essa consciência da morte faz parte da adaptação dos homens ao mundo, que é a cultura, e está em relação com a significação do indivíduo no corpo social” (Rodrigues 1983: 34-35):

“... a morte sob o ângulo humano não é apenas a destruição de um estado físico e biológico. Ela é também a de um ser em relação, de um ser que interage. O vazio da morte é sentido primeiro como um vazio interacional. Não atinge somente os próximos, mas a globalidade do social em seu princípio mesmo, a

imagem da sociedade impressa” em cada indivíduo. Assim, não surpreende em nada que os membros dessa sociedade, quando morrem, venham a ser objeto de uma atenção especial. (...) “Não se poderiam explicar mesmo as práticas funerárias, o enterro, por exemplo, por motivos puramente utilitários ou higiênicos (afastar da sociedade uma virtual fonte de elementos patogênicos). (...) Essa atenção especial, esses cuidados e preocupações mortuárias são rituais. Os ritos de morte comunicam, assimilam e expulsam o impacto que provoca o fantasma do aniquilamento. Os funerais são ao mesmo tempo, em todas as sociedades, uma crise, um drama, e sua solução: em geral, uma transição do desespero e da angústia ao consolo e à esperança” (Rodrigues 1983: 20-21).

Apesar de a morte representar a destruição desse ser em relação, “o morto não deixa de existir, ele apenas se liberta do aspecto terrestre de sua existência para continuá-la em outro lugar” como coloca Rodrigues. Segundo ele, despedir-se de um indivíduo morto é “um gesto de exclusão. Mas esta exclusão deverá ser acompanhada, invertida de certo modo, em um movimento contrário de reinserção do indivíduo, de renascimento para uma nova vida, em um novo mundo, em uma nova sociedade. A sociedade do outro mundo é ainda uma sociedade cujas relações com a dos vivos são quase sempre bem definidas” (Rodrigues 1983: 36).

Independentemente do tratamento dado ao cadáver, “coloca-se um cenário de funerais que se desenvolvem no modelo de um rito de passagem; trata-se igualmente a morte como uma mudança de estado, a entrada em outro mundo que não o dos vivos, o acesso a um além” (Verdant 1982: 7) (Fig. 1).

R. Hertz e A. Van Gennep estudaram o rito de passagem no início do século XX, que pode ser assim descrito:

“O primeiro estágio, o rito de separação, é uma cerimônia que tira os envolvidos de suas condições normais de vida e os leva ao segundo estágio, um status liminar. Alguns dos sobreviventes tomam o papel de carpideiras, enquanto o falecido passa de pessoa a cadáver e algum tipo de alma é comumente liberado do corpo”

Os comportamentos e a duração dos eventos verificados são os mais variados possíveis.

“O terceiro estágio, o rito de agregação, restaura a normalidade. As carpideiras retornam à vida social, mas sem o falecido; o cadáver é finalmente sepultado; a alma se junta aos ancestrais. Essa sequência do rito de passagem tripartido é proeminente em antigas descrições de funerais, e os rituais que realizam essas mudanças de status repetidamente lembram todos os participantes das relações nas quais eles estão envolvidos, através da inversão e da afirmação de normas” (Morris 1992: 9-10; Hertz 1960 [1907]: 24 ss; Van Gennep 1960 [1909]: 10 ss).

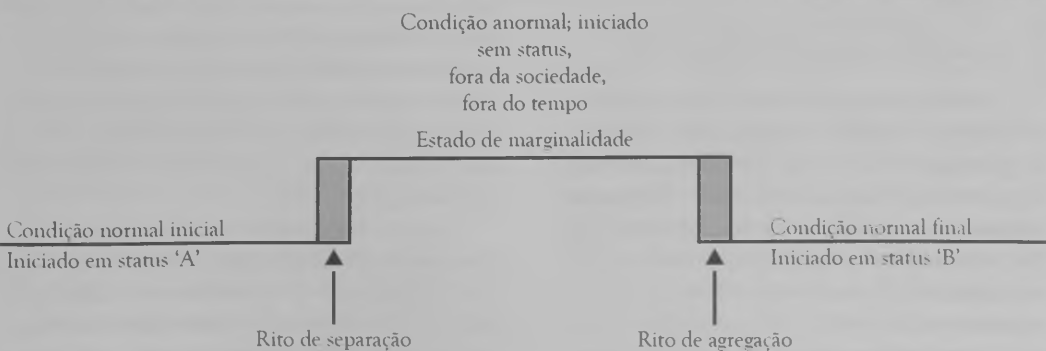


Fig. 1. A estrutura tripartida do rito de passagem (segundo E.R. Leach 1976: fig. 7).

Os rituais funerários, desse modo, seguem três momentos diacrônicos: a separação, trabalho simbólico de desligamento do morto dos domínios dos vivos; a liminaridade, estágio intermediário em que o morto empreende sua viagem e em que nem bem deixou este mundo, nem bem passou a pertencer ao outro; e a reintegração, momento final em que o morto é considerado como tendo atingido o reino dos mortos, o reino dos ancestrais, e como estando em seu lugar. Para Rodrigues, este é o momento em que os sobreviventes retornam à vida normal e o grupo se recobra, restabelece sua paz e se reafirma (Rodrigues 1983: 46).

Cabe aqui apresentarmos uma definição de ritual. Como coloca N. Laneri (2007: 2), a de Rappaport parece-nos muito pertinente: “R. A. Rappaport em sua detalhada e impressionante análise do ritual no livro *Ritual and Religion in the Making of Humanity*, tentou sumarizar os muitos diferentes aspectos do ritual através de cinco características predominantes (1999: 32-50), que podem ser delimitadas pelas seguintes afirmações:

1. ‘praticantes de rituais... seguem ordens estabelecidas... por outros’ (32);
2. ‘rituais são realizados em contextos específicos, pois eles são repetidos a intervalos regulares determinados pelo tempo do relógio ou do calendário, ... e eles frequentemente ocorrem em locais especiais’ (33);
3. ritual é ‘mais ou menos invariável’ (36);
4. não pode haver ritual sem atuação/performance (37);
5. ‘ações rituais não [necessariamente] produzem resultados práticos’ (46).”

Dentro dessa perspectiva, Laneri complementa, formalidade – significando a adesão a regras específicas – e performance parecem estar entre os mais importantes elementos que entram em ação durante a realização de rituais. Performances rituais também comunicam/transmitem/informam como as relações sociais e percepções de mundo são concebidas e comunicadas por e dentro de uma sociedade (Inomata e Coben 2006: 17). Nesse sentido, a própria

performance incorpora a expressão dinâmica, ativa e comunicativa do ritual em que os participantes se tornam agentes ativos na criação de uma linguagem simbólica praticada e comunicada através da experiência ritualística. Essa linguagem de ação é comunicada através do uso combinado de mídias diferentes que envolvem a percepção sensorial dos indivíduos envolvidos necessária para fortalecer o poder comunicativo da mensagem transmitida (Kus 1992), e serve para imprimir a experiência das ações rituais em sua faceta cognitiva (McCauley e Lawson 2002). Além disso, “é durante a performance ritualística que a combinação de declarações faladas (associadas a textos escritos litúrgicos), itens icônicos, música, perfumes/odores, alimentos, e ações incorporam um poder único que dramaticamente invade o domínio perceptivo e mnemônico através de um sistema incomparável e complexo de comunicação sensorial (Bloch 1974; Bordieu 1991: 107-116; Insoll 2004: 1-32; Rappaport 1999: 139-68; Tambiah 1979)” (Laneri 2007: 2-3).

Dentre as questões que os ritos funerários devem resolver, ligadas às transformações que a morte provoca e à necessidade lógica de separar o morto e transportá-lo para o outro mundo, uma é fundamental e, até prova em contrário, universal: “é preciso fazer algo com o resíduo que a morte deixou, é preciso de algum modo se desembaraçar dele. É preciso fazer algo, e este algo será necessariamente cultural” (Rodrigues 1983: 50-51). Essa colocação de J. Carlos Rodrigues deixa claro o caráter consciente e intencional das práticas funerárias.

Mas, “o que incomoda nos rituais funerários é a sua diversidade. Para responder à necessidade evidente de tratamento do cadáver, não somente se produz discursos, mas também se organiza o espaço, se depõe objetos, se procede ao redor do cadáver num trabalho que pode ser muito simples ou muito complexo” (D’Agostino e Schnapp 1982: 18).

Apesar dessa diversidade, há algo em comum nos rituais. A putrefação, a deterioração dos tecidos moles do corpo tem um significado especial, um impacto no grupo humano, e esse aspecto particular da morte provoca nos vivos uma reação para combatê-la. Da mumificação

num extremo à cremação em outro, “todas as técnicas possíveis utilizadas nos funerais tratam de combater a putrefação. O embalsamamento e a mumificação pela solidificação. A cremação pela supressão. A exposição pelo afastamento ou pelo enfrentamento (ou se separa o cadáver, levando para longe os perigos que contém, ou se os enfrenta). A inumação pelo ocultamento. O canibalismo pelo deslocamento e pela substituição” (Rodrigues 1983: 63).

Para B. D’Agostino e A. Schnapp,

“as diferenças, os antagonismos que perpassam as práticas funerárias são o produto do que se convencionou nomear ideologia funerária. Pode-se assim ver em toda prática funerária três tempos: o de tratamento do cadáver, de sua deposição, das oferendas que o acompanham. A esses atos complementares se acrescentam as utilizações sociais da morte e dos mortos. A necessidade profilática do tratamento do cadáver desemboca em operações simbólicas: dispositivos de memorização que recordam o ou os desaparecidos e que são frequentemente pretexto para a designação do espaço, para a gestão do território dos vivos” (D’Agostino e Schnapp 1982: 18).

Exemplos desse comportamento podem ser vistos na interpretação dos monumentos megalíticos da Europa como marcos de território, ou as tumbas dos fundadores das pólis coloniais, heroicizados, e sua frequência posterior.

A respeito das tumbas como locais de frequência, Laneri afirma:

“a própria prática de rituais funerários é um momento fundamental durante o qual a coesão social da comunidade dos vivos e/ou da família é reforçada, e os vestígios físicos desse ato, por exemplo, a tumba, representam um ponto focal na paisagem social e mnemônica da sociedade. A criação desses loci memoriae dão suporte à sociedade ao definir elementos de continuidade em momentos de mudança social e cultural, como demonstrado por Bloch (1994: 105-174). Assim, a morte, tanto

de uma perspectiva mitológica quanto ritualística, não deveria ser vista como um momento estático concernente ao fim da vida, mas sim um momentum dinâmico de criação e consumação da ‘vida’ pela comunidade dos vivos” (Laneri 2007: 4-5).

Dentro de um mesmo grupo humano, vários tratamentos funerários podem ser dados a diferentes elementos da sociedade, conforme, por exemplo, o sexo, a atividade sócio-político-econômica desenvolvida, ou a idade. É aqui que a busca por paralelos etnográficos, usados criteriosamente, pode ajudar a interpretar vestígios arqueológicos de sociedades passadas.

Peter Ucko apresenta algumas evidências etnográficas observadas em grupos de organização social mais simples que podem se úteis na interpretação de vestígios arqueológicos funerários:

“Em várias sociedades, bebês e crianças são distintos dos adultos na prática funerária. Em Roma, bebês sem dentes não eram enterrados; entre os Shona, grupo étnico do Zimbábue e oeste de Moçambique, bebês e crianças mais velhas eram enterrados perto de cursos de água e longe do resto da população; entre os Muringin, grupo aborígene australiano, há uma maior diferenciação por idade: o recém-nascido não recebia enterramento, a criança pequena era enterrada no campo, e a criança mais velha era enterrada na borda do campo; entre várias tribos de Gana, crianças eram depositadas em encruzilhadas, um local de dispersão, para ajudar a espalhar hábitos potencialmente incômodos de indivíduos que eram apenas, por sua idade, seres humanos incipientes; entre os Ashanti, de Gana, qualquer criança que morria antes de oito dias era enterrada num pote dentro de uma latrina, pois era de fato só uma criança fantasma e não tinha intenção real de permanecer neste mundo; entre várias tribos, a deposição de bebês e crianças pequenas era caracterizada por uma ausência de ritual funerário, ou no máximo por um ritual negligente ou mecânico. Há pouca razão para não associar essas formas de de-

posição infantil com a alta taxa de mortalidade na maioria dos povos primitivos ou pré-históricos” (Ucko 1969: 270-271).

Depois do que foi visto até agora, a grande pergunta é: como evidenciar, estudar e interpretar os vestígios funerários?

O estudo de sepulturas começa no sítio arqueológico, como coloca Courtaud, “e concerne a todos os vestígios descobertos: mobiliário funerário, arquitetura tumbal, vestimentas e adereços, e os esqueletos [ou restos mortais] que elas contêm” (Courtaud 1995: 35).

Lewis Binford (1971) resumiu algumas das dimensões do estudo de vestígios funerários, e Lynne Goldstein as apresenta, afirmando também que “essas dimensões podem ser expandidas ao se inserir aquelas que especificamente se referem ao componente espacial” (Goldstein 1981: 59). São elas:

1. Tratamento do corpo em si
 - a. grau de articulação do esqueleto
 - b. disposição do enterramento
 - c. número de indivíduos por enterramento
 - d. mutilações e modificações anatómicas
2. Preparação da estrutura/instalação de deposição
 - a. forma da estrutura (tumba, fossa)
 - b. orientação da estrutura e do corpo dentro da estrutura
 - c. localização da estrutura em relação à comunidade (dentro do assentamento, adjacente a ele, numa localização espacialmente diferenciada)
 - d. localização da estrutura dentro da própria área de deposição
 - e. forma da área de deposição (cemitério, monte, chão da casa)
3. Contexto funerário dentro da tumba
 - a. arranjo no interior da tumba de ossos específicos em relação a mobiliário e a estrutura
 - b. forma do mobiliário
 - c. quantidade de mobiliário

4. Perfil populacional e dimensões biológicas

- a. idade
- b. sexo
- c. condições de doenças e/ou circunstâncias de morte
- d. evidência nutricional e stress do meio
- e. relações genéticas

Atrás dessas dimensões, J.-P. Demoule percebe quatro categorias de práticas que deixaram traços observáveis e observados:

“as práticas preparatórias que precedem ao enterramento (tratamento dos corpos, sacrifícios, etc.); as práticas sepulcrais (orientação, distribuição, forma, arranjo das tumbas e posição dos corpos); as práticas de deposição (oferendas alimentares, recipientes, armas e instrumentos, ferramentas, utensílios, objetos diversos como joias depostas junto aos corpos); as práticas de vestuário (concernente à roupa ou traje funerário efetivamente colocado: jóias, elementos de fixação como botões, fibulas e broches, etc.)” (Demoule 1982: 321-322).

Podemos dizer que “os dispositivos funerários são o resultado de atos intencionais, de condutas refletidas que têm a função de significar” (D’Agostino e Schnapp 1982: 17). Como afirma Ian Morris, “um enterramento é parte de um funeral, e um funeral é parte de um conjunto de rituais pelos quais os vivos lidam com a morte”. Assim, “seja qual for a maneira como abordamos as sepulturas com questões religiosas, econômicas, sociais ou artísticas em mente, a análise de enterramentos é análise de ação simbólica” (Morris 1992: 1). Cabe a nós, na medida do possível, buscar este significado por trás das evidências materiais que encontramos. E como são essas evidências?

Temos que ter em mente que estas evidências tangíveis são apenas parte do total dos rituais funerários. Segundo Morris (1992), são a parte material que subsistiu dos rituais, e são tudo o que temos. Na verdade, dentre as quatro possíveis fontes dos rituais funerários a observação não é mais possível; o testemunho verbal,

oral ou escrito, é escasso e de uso restrito pois, o primeiro já é passado e o segundo trata, em geral, de episódio único de difícil generalização; as representações artísticas dos rituais (Figs. 2, 3, 4 e 5) são ótimas e podem ser usadas para concretizar a evidência textual, mas até certo ponto este material tem que ser tratado na luz do quarto tipo, a saber, os vestígios materiais dos rituais, já que as imagens, em boa parte dos casos, são encontradas elas mesmas em contextos funerários, ou em paredes ou em objetos funerários.

E os vestígios materiais, o quarto tipo de fonte, também são lacunosos (Fig. 6), pois são só parte do ritual funerário, e nem mesmo, necessariamente, a mais importante. Só certos aspectos dessa parte do processo funerário em si produzem um resíduo material reconhecível (Morris 1992: 10-15). Tecidos, o número e o barulho das carpideiras, a procissão, aspectos bastante cruciais do ritual funerário, não podem ser escavados. (Fig. 7).

Além disso, devemos levar em conta também os processos culturais e não-culturais pelos quais o registro arqueológico se formou.

Precisamos entender a relação entre o contexto arqueológico presente e o contexto sistêmico passado (Schiffer 1972; 1976; Chapman e Randsborg 1981). Foi John O'Shea quem se preocupou com os processos formativos das evidências materiais das práticas funerárias. Ele preocupou-se em "buscar relações sistemáticas entre as manifestações arqueológicas das práticas funerárias de uma sociedade e as próprias práticas em si" (O'Shea 1981: 40).

Segundo ele, há três relações básicas que determinam a transformação de atividade cultural passada em observação contemporânea (Fig. 8): em primeiro lugar, a quantidade de estrutura inerente ao tratamento mortuário de uma sociedade. Em segundo lugar, há de se considerar os processos de formação arqueológica que medeiam o comportamento funerário e os fenômenos arqueológicos potencialmente observáveis. É o caso, por exemplo, das tumbas egípcias que, graças às condições climáticas favoráveis do Egito, preservam a madeira dos sarcófagos, belamente decorados; em outros locais onde o clima e o solo não favorecem, como a Sicília (Itália), a madeira de tumbas púnicas

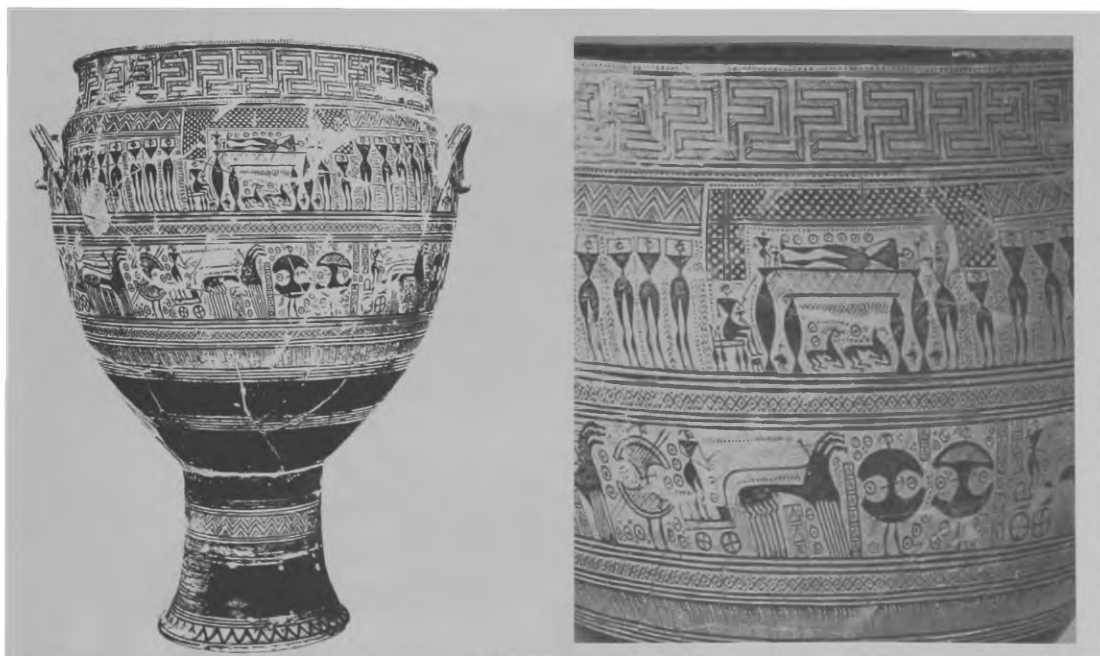


Fig. 2. Cratera geométrica ática atribuída ao Ateliar Hirschfeld, proveniente do Cerâmico, Atenas. Prothesis. Meados do séc. VIII a.C. (H. 108,3 cm). Metropolitan Museum of Art, New York. (2a: de Boardman 2001: 22; 2b: detalhe, de <http://www.metmuseum.org/>).

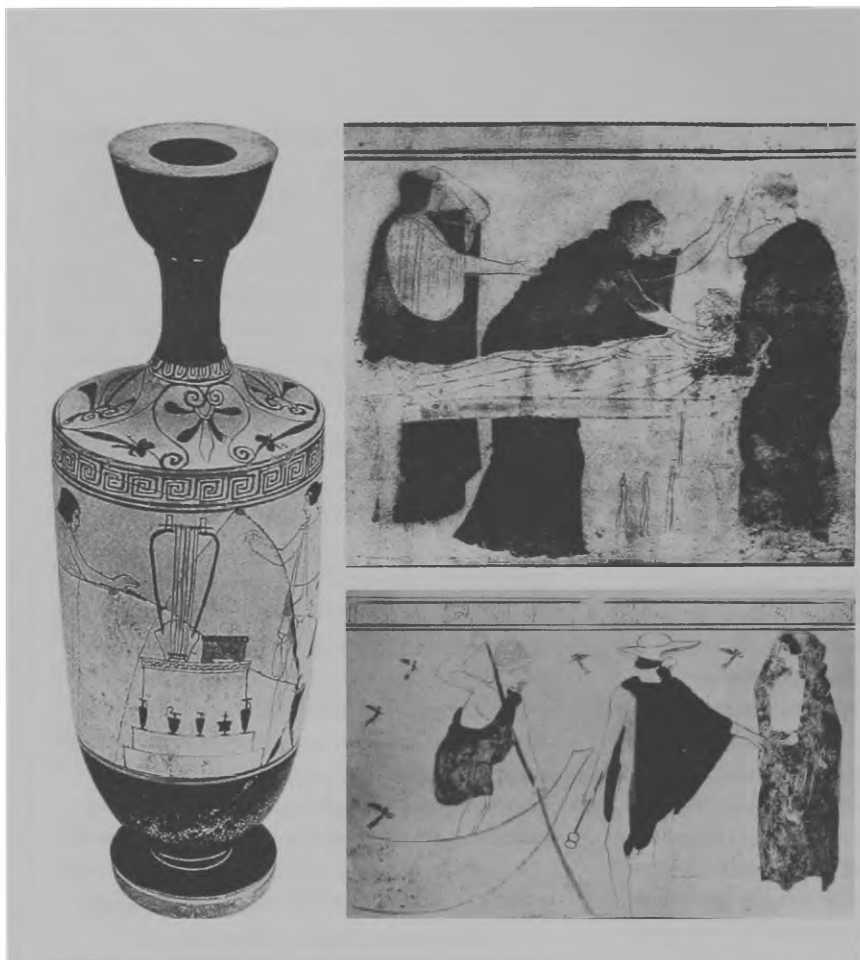


Fig. 3. a: Lécyto de fundo branco, túmulo com oferendas, do Pintor Sabouroff (H. 0,29m; b: Lécyto do Pintor Sabouroff, prothesis; c: Lécyto do Pintor Sabouroff, Hermes, Caronte, almas. Séc. V a.C. (de Boardman 1989, p. 134, figs. 254, 255 e 256 respectivamente).



Fig. 4. Um mural do túmulo de Senedjem. Anubis preparando a múmia de Senedjem para sua viagem ao além. XIX Dinastia. (de Ziegler e Bovot 2001, fig. 75).



Fig. 5. Sarcófago de Ayia Triada, face N. Creta, Grécia. (de Gazette Beaux Arts, Paris, 1909, p. 30).

não se preservou, mas sabemos que havia sarcófagos ou catres de madeira porque os pregos de metal que uniam as suas partes, estes sim, foram preservados. Finalmente, não podem ser deixadas de lado as limitações inerentes à detecção e ao reconhecimento de variabilidade em fenômenos arqueológicos. É o caso da capacidade de percepção de impressões de cestaria no solo, quando não são preservadas, mostrando que o enterramento não foi feito no solo diretamente, e sim dentro de um cesto de material vegetal, que não subsistiu (O'Shea 1984: 23 e ss.).

O estudo de caso que O'Shea realizou (1981), possibilitou-lhe inferir que há regularidades observáveis nos processos formativos da evidência arqueológica, e que enquanto a hierarquia social pode ser prontamente observada, a expressão funerária de dimensões sociais horizontais nem sempre pode ser identificada e/ou reconhecida. A passagem do tempo afeta a percepção da diferenciação social horizontal (Fig. 9).

Apesar das limitações inerentes à evidência arqueológica funerária, ela é uma fonte extremamente valiosa, pois representa a culminação direta e intencional de comportamento consciente, ao invés de seu resíduo incidental (O'Shea 1981: 39), e por isso sua análise possibilita um caminho reconhecidamente importante – senão indispensável – para documentar e entender o comportamento e a organização social (Larsen 1995: 247).

Em favor das evidências funerárias como passíveis de análise social, vale notar o que B. Bartel fala a respeito. Ele divide a prática funerária, para pressupostos heurísticos, em distintos períodos simbólicos e temporais, que todavia se adequam ao esquema tripartido do rito de passagem de Van Gennep (1960), e afirma, também, que “o que os arqueólogos consideram como sendo prática mortuária é a subdivisão de toda a sequência envolvida com a deposição do cadáver” (Bartel 1982: 52-53). Na realidade, não se trata aqui do que os arqueólogos consideram

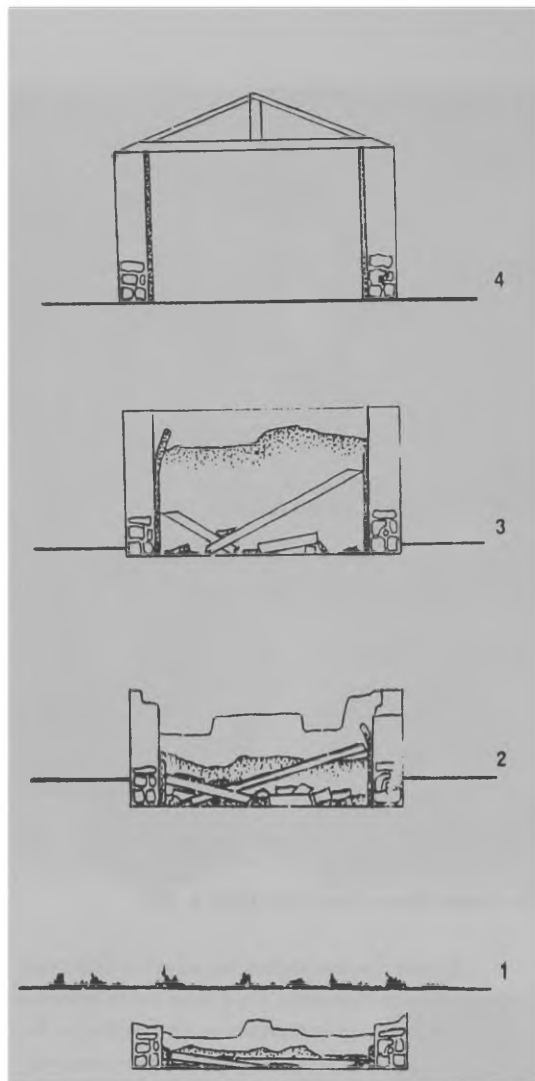


Fig. 6. Esquema do processo de formação arqueológica (de Funari 1988: 31).

como sendo prática mortuária, mas sim do que os arqueólogos dispõem como evidência. De qualquer maneira, Bartel afirma que muito embora a deposição funerária seja o único componente diretamente observável arqueologicamente de toda a sequência funerária (Fig. 10), “certos atos dentro da sequência adicionam redundante significado à persona social do morto, e do que pode ser apreendido a partir do exame da deposição do morto” Isso parece permitir ao arqueólogo “fazer a suposição operacional de que a explicação e a determinação das dimensões sociais podem ser feitas unicamente a partir da deposição do morto” (Bartel 1982: 53-54).

A chave para uma análise arqueológica bem sucedida das evidências materiais das práticas funerárias é a associação de ações e idéias colocando enterramentos em contexto. O papel do contexto na análise funerária é crucial. Ian Hodder apresenta uma definição de contexto, bastante pertinente:

“Todo objeto existe ao mesmo tempo em muitas dimensões significativas e, por ele, aonde há dados, é possível seguir exaustivamente e até o fim por toda uma densa rede de associações e contrastes até construir uma interpretação de significado. A totalidade das dimensões relevantes de variação de qualquer objeto pode ser identificada como o contexto desse objeto. O contexto relevante para um dado objeto para o qual queremos atribuir um significado (de qualquer tipo) são todos aqueles aspectos dos dados que têm relação com o referido objeto, e que obedecem a uma pauta significativa segundo a descrição anterior. Uma definição mais precisa do contexto de uma característica arqueológica é a totalidade do meio relevante, onde ‘relevante’ se refere a uma relação significativa com o objeto, isto é, uma relação necessária para discernir o significado do objeto” (Hodder 1994: 154).

Hodder acredita haver dois tipos de significado contextual:

“um é o significado dos objetos como objetos físicos, implicados nos intercâmbios de matéria, energia e informação; faz referência ao objeto como meio que, uma vez produzido, serve para facilitar as necessidades organizativas. O outro é o significado dos objetos em relação aos conteúdos estruturados das tradições históricas. Ambas as perspectivas (o objeto como objeto e o objeto como algo construído de forma significativa) existem juntas e não devem ser separadas” (Hodder 1994: 163 e 191).

Ainda destacando a importância do contexto, Goldstein afirma: “na análise arque-

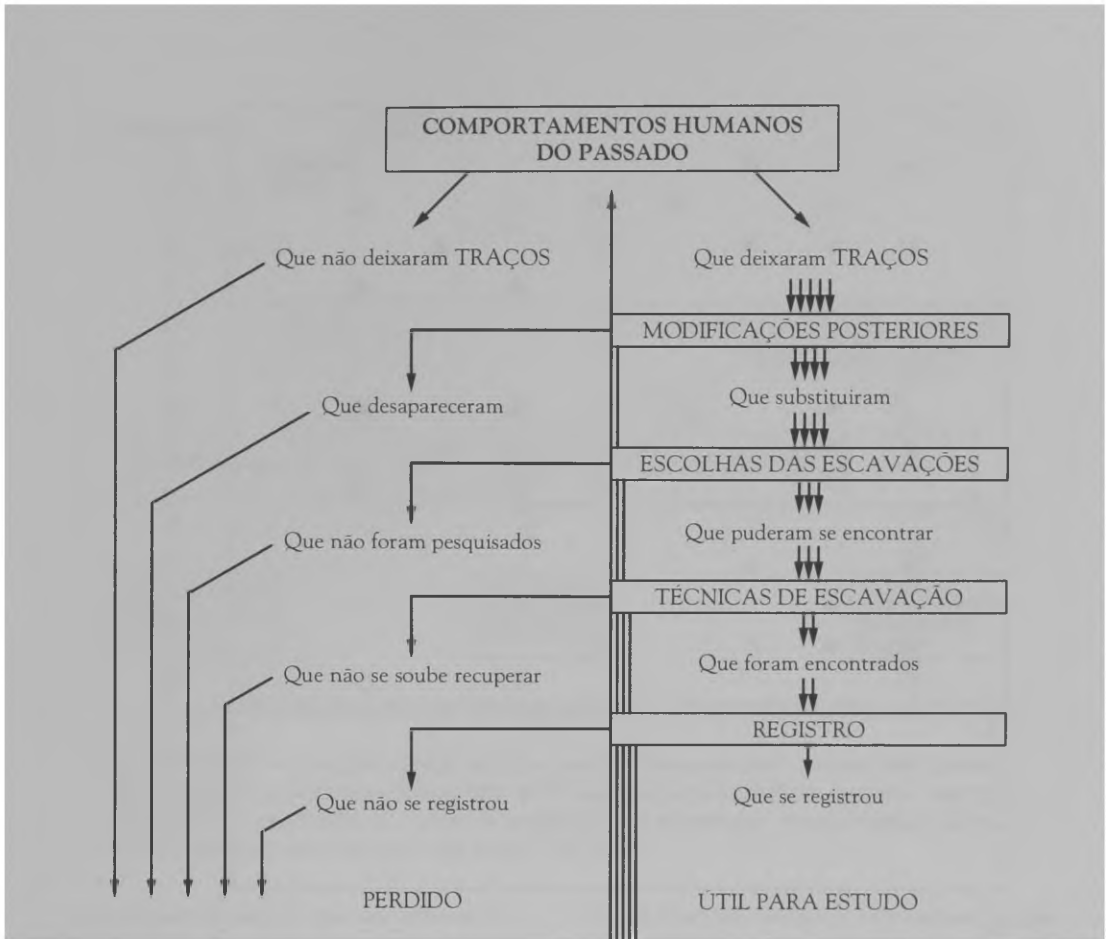


Fig. 7. Esquema dos filtros que se colocam entre o estudo arqueológico e seus objetivos. O número de flechas descendentes, aumentando à esquerda, diminuindo à direita simboliza a perda de informação, mas não pretende quantificá-la (a relação perdida/útil é incomensurável). Acontece o mesmo para as flechas ascendentes (no centro) que simbolizam somente a influência cada vez menor que a arqueologia exerce sobre esses filtros (a partir de A. Schnapp 1980, p. 94, fig 3).

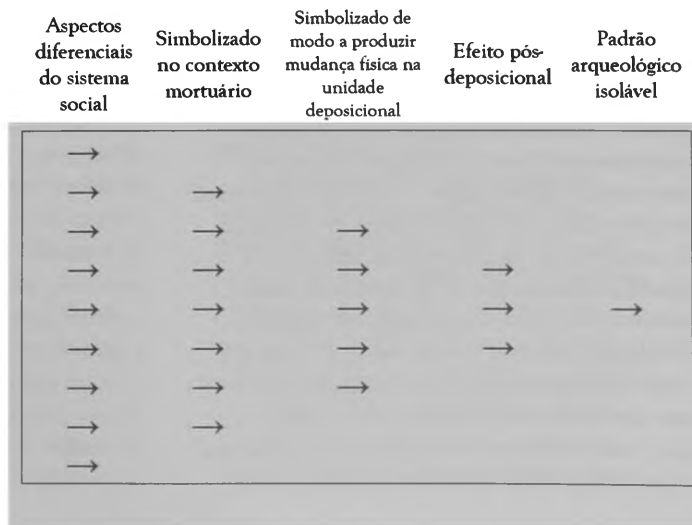


Fig. 8. Processos de filtragem que afetam a evidência mortuária (de O'Shea 1981, fig. 3.1).

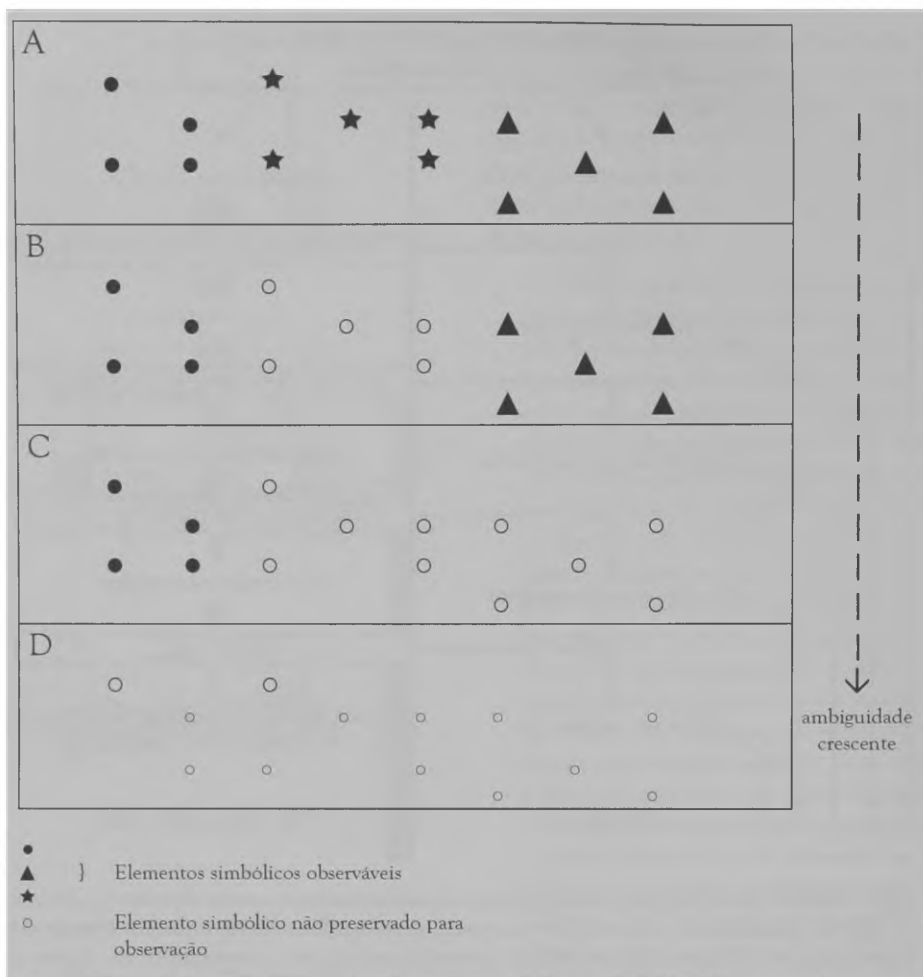


Fig. 9. Ambigüidade na observação de distinções sociais horizontais (de O'Shea 1981, fig. 3.6).

ológica de sítios mortuários, há várias fontes de elementos que influenciam na observação ou medida dos dados” Vamos chamá-los de interferências. Essas interferências podem vir “da maneira como sítios são selecionados para estudo” Podem ser introduzidas “pelos conhecidos problemas de recuperação seletiva e preservação diferenciada. (...) Podem [também] ser introduzidas em decorrência de objetivos de recuperação historicamente diferentes” Outro problema que pode introduzir uma interferência, essa de amostragem, segundo Goldstein, refere-se à característica comum a sítios funerários: eles frequentemente representam um intervalo de tempo considerável, e o que “nós podemos interpretar como categorias diferentes podem de fato representar mudan-

ças no comportamento funerário pelo tempo. É por isso que contexto é crucial” (Goldstein 1981: 56-57).

Assim, levando em consideração as várias dimensões a ser analisadas, o caráter lacunoso da informação arqueológica no que tange ao conjunto dos rituais funerários, os processos de formação arqueológica que afetam o registro material, as limitações inerentes à evidência arqueológica, a quantidade de redundância presente em toda a sequência de comportamentos funerários e, finalmente, o papel crucial do contexto na interpretação dos vestígios, podemos tratar do processo de análise dos vestígios funerários.

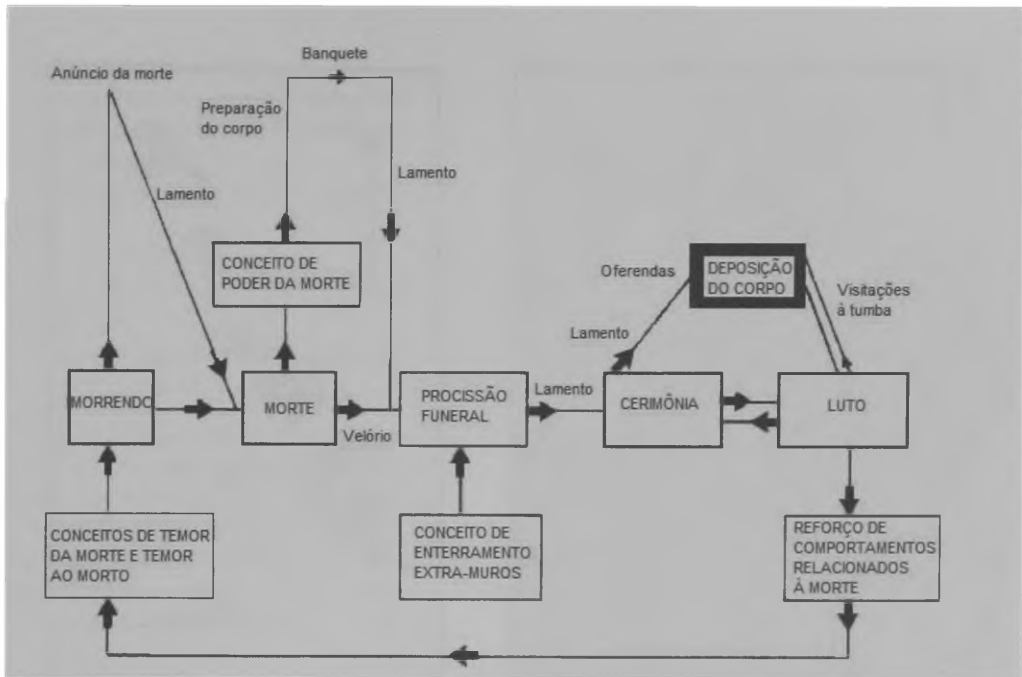


Fig. 10. Modelo icônico generalizado de toda a gama de comportamentos relacionados à prática mortuária. Comportamento padronizado advém de exemplos etnográficos europeus. Segundo Bartel, as áreas sombreadas são a parte da sequência que é arqueologicamente estudada e oferece o maior potencial para observação (de Bartel 1982, fig.1).

O processo de análise que consideramos o mais pertinente é apresentado por Ian Morris. Levando em conta a categoria de vestígios materiais observáveis arqueologicamente, elencamos as evidências em categorias. “E não podemos atribuir significados a práticas específicas sem uma ponderação longa e cuidadosa. Presumindo tão pouco quanto possível, procuramos por padrões no registro funerário. Uma vez que achamos ter um padrão, devemos tentar defini-lo estatisticamente” (Morris 1992: 24). Estabelecemos tipologias (de sepulturas, de mobiliário funerário, de tratamento do morto, de distribuição espacial, etc.). Analisamos contextos de deposição, “comparando enterramentos a outras evidências, como áreas de assentamento, áreas culturais, etc.” (Morris 1992: 25). Analisamos as relações espaciais (Fig. 11) entre contextos de deposição. Estudamos os dados demográficos advindos da análise dos restos mortais, como idade e sexo, por exemplo, e sua relação com as tipologias, com os contextos deposicionais e sua distribuição espacial. E analisamos como esses contextos

e essas relações mudam com o tempo, já que padrões estáticos não podem ser interpretados facilmente. Dessa maneira, as estruturas sociais evocadas pelos rituais funerários podem ser percebidas e analisadas.

E o que vemos na escavação? Encontramos muitos tipos de sepulturas e as mais frequentes são:

- inumação simples – um corpo depositado no chão, ou em caixão (de madeira, pedra, cerâmica, ou outro); corpo estendido (decúbito dorsal, decúbito ventral), fletido (posição fetal), etc.
- cremação – com urna (cremação ocorrida em outro local, ossos e/ou cinzas recolhidos em urna) ou sem uma urna (cremação ocorrida na própria fossa de deposição, ou total – até as cinzas – ou parcial – até só restarem os ossos, quando então é interrompida a queima)
- enterramento secundário – depois de uma primeira inumação, já com os ossos descarnados, limpos, depositos em

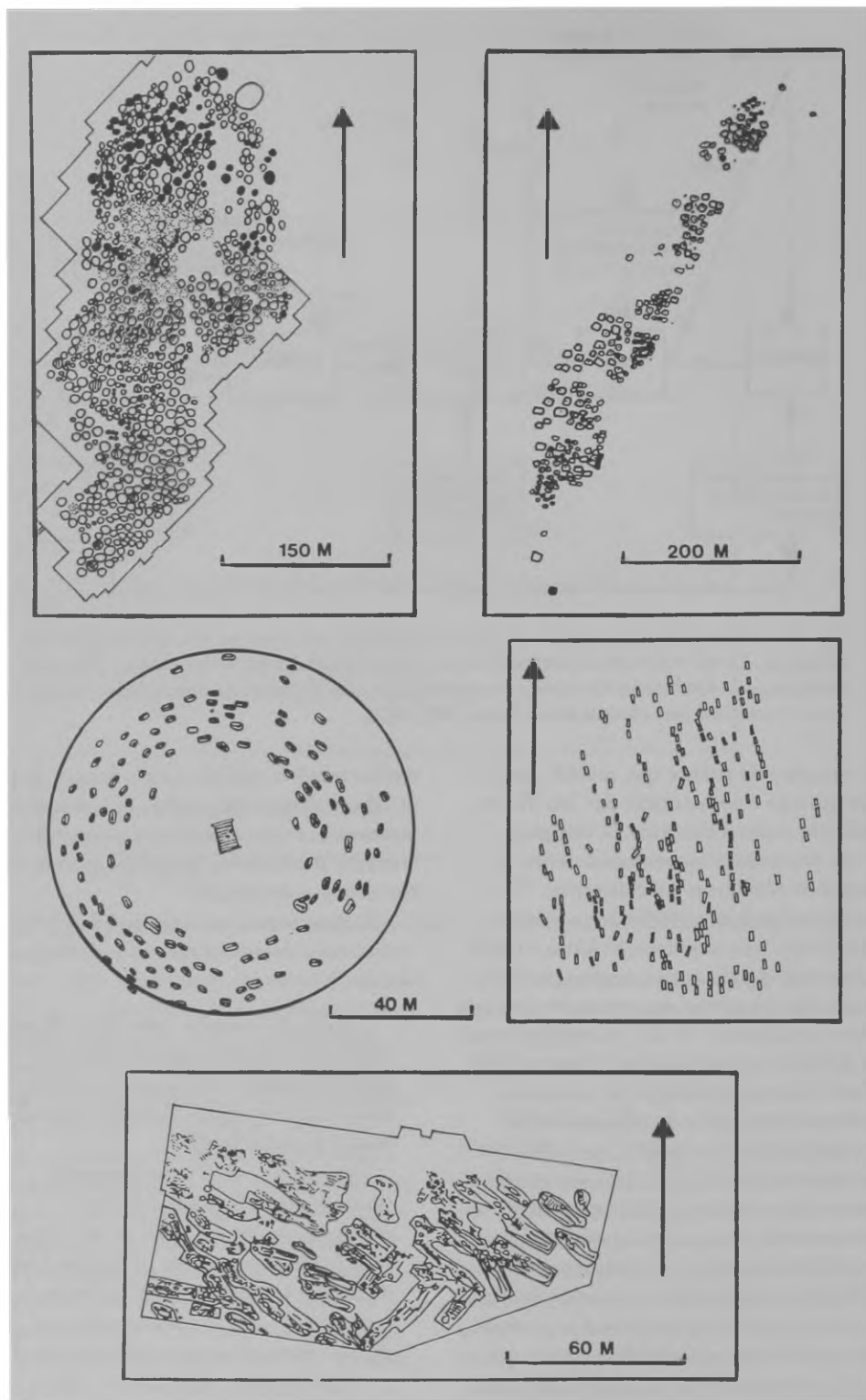


Fig. 11. Diferentes formas de organização de cemitérios: linear, segmentada, concêntrica, em fila segmentada longitudinal, em fila segmentada lateral (de Pearson 2002, p. 13, fig. 1.2).

outro recipiente e/ou lugar

- tumba coletiva – vários enterramentos (durante certo período de tempo ou num mesmo momento)
- tumba monumental (como as pirâmides)
- montes ou tumuli
- enterramentos em cavernas ou abrigos rochosos
- tumbas construídas acima do solo (como os megalitos)

“Uma sepultura pode ser considerada como um local onde são depostos um ou vários cadáveres e onde restam indícios suficientes para que se possa perceber nessa deposição a vontade de se realizar um gesto funerário” No fundo, é este gesto funerário que define a sepultura (Leclerc e Tarrête, no *Dictionnaire de la Préhistoire* de A. Leroi-Gourhan 1988, apud P. Courtaud 1995: 37).

A escavação de uma tumba inicia-se antes de tudo “pela busca de seus limites espaciais a fim de determinar seu conjunto e eventualmente sua estruturação interna. Em seguida, o esqueleto [no caso de inumações] deverá ser minuciosa e cuidadosamente decapado deixando evidenciado e no lugar cada um de seus elementos a fim de que se possa analisar melhor sua posição relativa” (Courtaud 1995: 35).

Durante uma escavação,¹ quando se identifica um enterramento (Fig. 12), busca-se delimitar a área deposicional e isolá-la, e a escavação do enterramento é feita de uma vez. Isso é fundamental pois os vestígios humanos sofreram um processo de degradação inicial, depois de estabilização, e assim ficaram por um longo período. A escavação desestabiliza-os, o que pode acelerar muito rapidamente sua destruição, daí a necessidade de agilizar o proces-



Fig. 12. Área central de Londres, escavação de salvamento, antigo claustro de uma igreja medieval (de Mcintosh 1987, p. 62).

so, eventualmente necessitando a estabilização dos vestígios física ou quimicamente antes da remoção.

Durante todo o processo de evidenciação e escavação de um enterramento deve-se proceder ao registro detalhado de tudo o que for sendo encontrado, registro escrito, gráfico e fotográfico. Faz-se a notação tridimensional dos achados e busca-se o limite da sepultura. A evidenciação do esqueleto, quando há, é feita com pincéis, instrumentos pequenos e até mesmo utensílios odontológicos. Deve-se ter o cuidado de não atingir os restos esqueléticos com ferramentas metálicas, a fim de não danificá-los. São feitas medições, fotografa-se todas as etapas do trabalho, desenha-se a deposição evidenciada junto do mobiliário e de eventuais características arquitetônicas da sepultura (Figs. 13 a 15), e finalmente efetua-se a retirada cuidadosa dos restos esqueléticos, que serão levados ao

(1) Douglas Oberlaker publicou, em 1978, *Human Skeletal Remains: Excavation, Analysis, Interpretation*, que já está na terceira edição (1999). É considerado o mais clássico dos manuais americanos e leitura obrigatória tanto para antropólogos físicos quanto arqueólogos que escavam e analisam vestígios funerários.

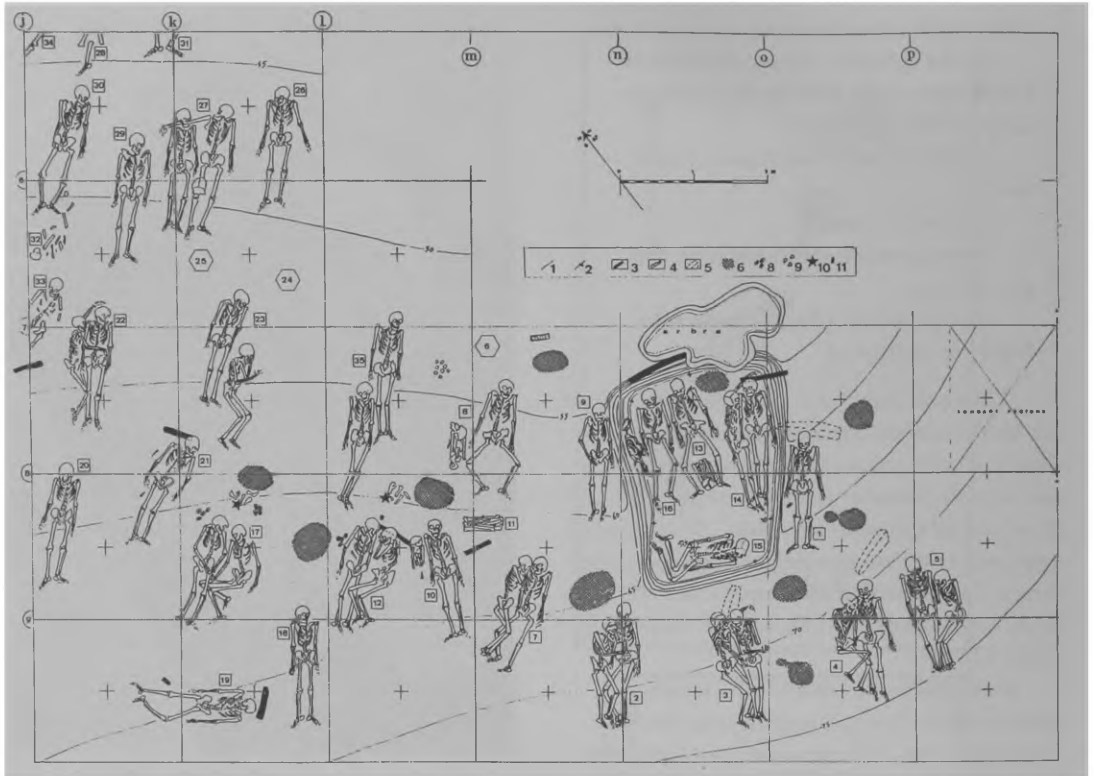


Fig. 13. Plano geral da sepultura coletiva do Rei Mata, ilha de Retoka, Vanuatu. (de J. Garanger 1972)

laboratório para análises posteriores. No laboratório poderá ser feita, quando possível, a atribuição do sexo e da idade do indivíduo, a análise dos dentes para saber sobre sua alimentação, a busca por vestígios de doenças, etc. Uma parte do sedimento do enterramento deverá também ser coletado para análise laboratorial, enquanto todo o restante do sedimento deve ser peneirado a fim de se recuperar eventuais pequenos objetos ou ossos que não tenham sido percebidos durante a escavação. Deve-se registrar no caderno de campo a posição do enterramento e dos objetos que o acompanham, além de tudo o mais que o arqueólogo, por ocasião da escavação, observar e considerar pertinente registrar. Trata-se de um trabalho meticuloso e exaustivo. Os vestígios funerários devem, na medida do possível, ser evidenciados, registrados e removidos no mesmo dia. A exposição do vestígio e o brusco desequilíbrio ambiental, como afirmado acima, podem acarretar na destruição permanente de evidências.

No que se refere ao registro, são necessárias plantas e planos de sepulturas, das necrópoles e destas em relação aos assentamentos (Figs. 16, 17 e 18).

A arqueologia experimental pode também dar sua contribuição para a análise de vestígios funerários. A reconstituição de uma pira funerária (com o uso de um cadáver de porco adulto como simulacro de um corpo humano devido à densidade semelhante) é um exemplo (Fig. 19). Podemos assim compreender melhor o processo de queima, tanto com relação ao tempo quanto com relação à quantidade de evidência material produzida.

Nas últimas décadas, a difusão do uso de programas de computador e GIS (Geographical Information System) vêm se consolidando na Arqueologia, visando à elaboração de mapas, plantas e a manipulação de dados geográficos, espaciais e arqueológicos. A aplicação de GIS também na análise de dados funerários tem contribuído para uma tendência que se verifica na Arqueologia Funerária das mais frutíferas,

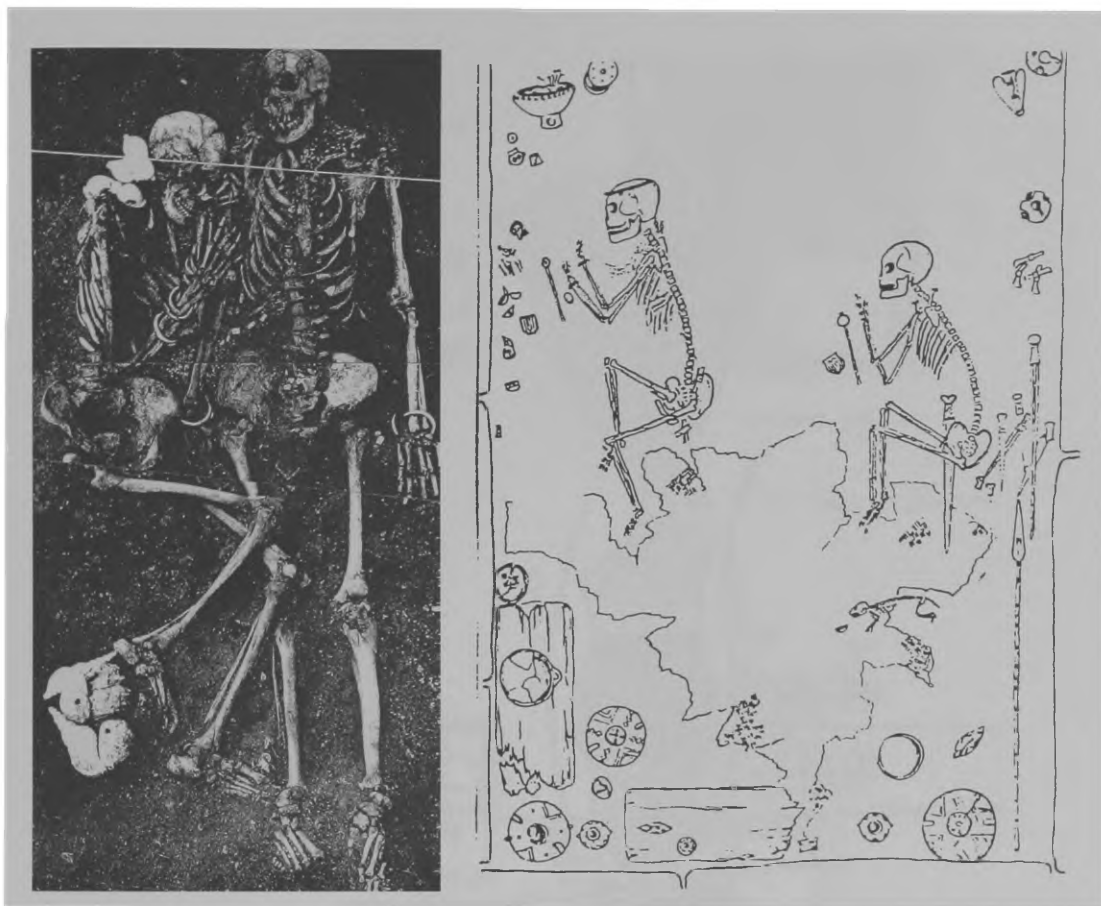


Fig. 14. Um dos nove casais enterrados com o Rei Mata, a mulher está à esquerda e se agarra ao braço direito do homem, ela apresenta enfeites conchíferos. (de Garanger 1972).

Fig. 15. Desenho das tumbas Dorak, Turquia. Mobiliário funerário acompanhando o enterramento do rei (direita) e rainha (esquerda). (de Mellaart 1980, p. 190, fig. 8-24).

a que enfoca a dimensão espacial das práticas funerárias.

A precursora dessa tendência é Lynne Goldstein, que em 1981 publica um artigo destacando a importância da inclusão das análises espaciais na Arqueologia funerária. A autora afirma que “a tarefa da análise mortuária é identificar as regras que uma sociedade usou [para dividir e organizar o espaço] e os elementos culturais (...) representados. As regras podem ser vistas como funções que são usadas para mapear o domínio com elementos culturais para o conjunto de comportamento funerário apropriado” que é apenas parcialmente representado no contexto arqueológico. Para Goldstein,

“(...) enquanto a utilização do espaço é claramente um componente do sistema mortuário, dentro do domínio de deposição o espaço pode ser usado de várias maneiras e em diferentes níveis simultaneamente. Por exemplo, a utilização do espaço pode fazer referência à deposição de mobiliário funerário em relação a um indivíduo, à deposição de um indivíduo em relação a outros, e à localização da própria área deposicional. Portanto, o componente espacial é também multidimensional. As diferentes dimensões podem representar diferentes elementos culturais, e assim devem ser cuidadosamente selecionadas e analisadas” (...) “Os próprios padrões

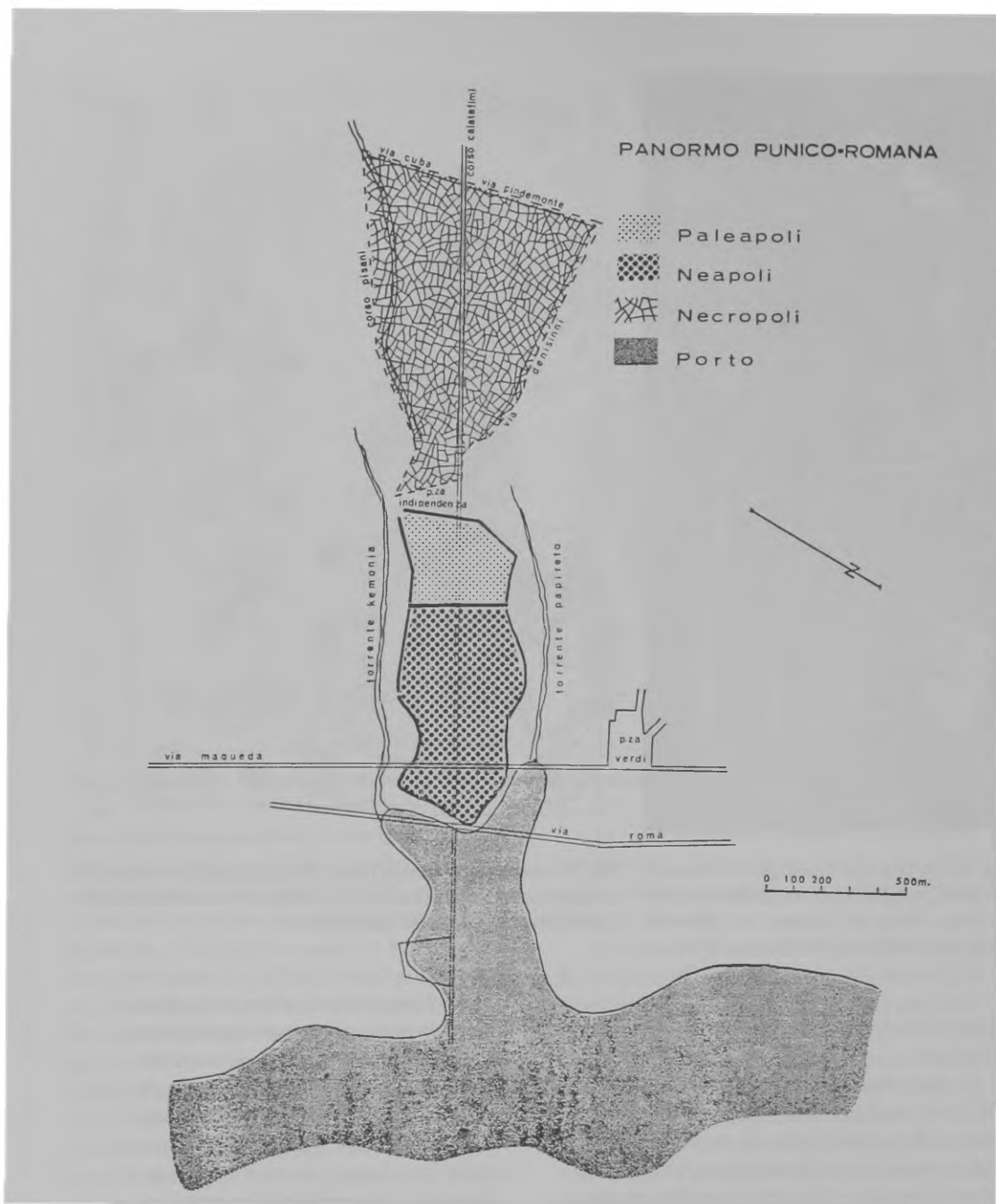


Fig 16. Palermo púnico-romana, indicação da cidade antiga e da necrópole. (de Tamburello 1967, fig.3).

espaciais podem não ser necessariamente complexos, mas porque o próprio componente espacial é multidimensional, diferentes tipos de relações espaciais (e relações sociais) podem estar representados" (...) "O arqueólogo deve

analisar as diferentes dimensões do espaço representadas, p.ex. mobiliário ao redor do corpo, uma tumba em relação a outras tumbas, grupos de tumbas, e a localização e a estrutura de toda a área de deposição. Esses estudos usando lin-

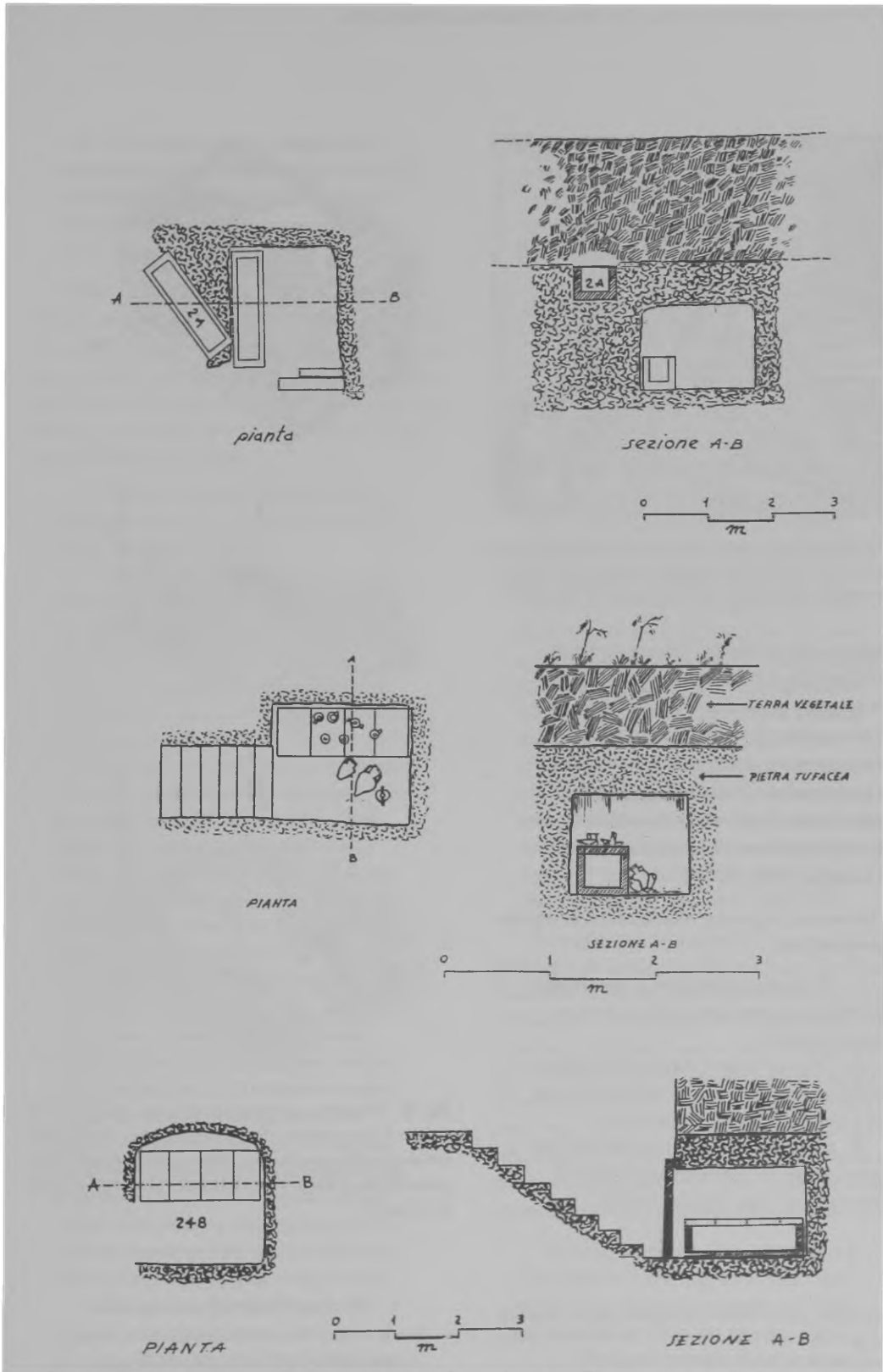


Fig. 17. Palermo, necrópole púnica: planimetria e seção do sarcófago n. 2 e da tumba a câmara n. 6 (1953); planimetria e seção da tumba n. 241 (1954); Planimetria e seção da tumba n. 248 (1954). (de Tamburello 1967, fig.10, fig.16 e fig.17 respectivamente).

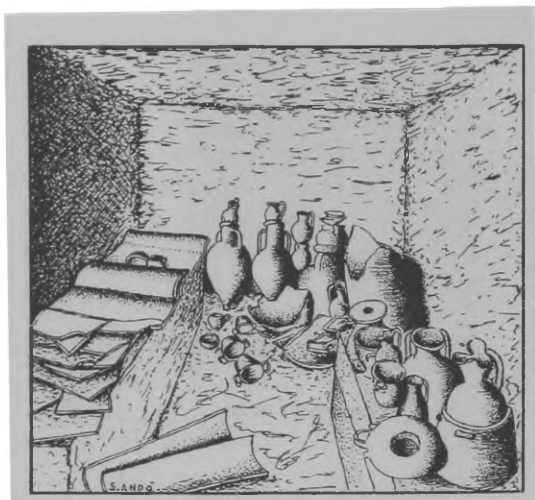


Fig. 18. Desenho em perspectiva do interior da tumba em câmara n. 208 (1954) da necrópole púnica de Palermo no momento do achado. (de Tamburello 1967, fig.18).

guagens espaço-tempo² devem então ser comparados aos resultantes de estudos de linguagem substancial,³ e as relações entre os dois tipos de estudos devem fornecer pistas dos elementos culturais representados. O arqueólogo deve ser capaz então de identificar as várias regras de deposição e os elementos culturais” (Goldstein 1981: 57-58).

Devemos, portanto, estar atentos às seguintes proposições:

1. O sistema mortuário é um sistema multidimensional que inclui o componente espacial.
2. O componente espacial é também multidimensional e pode refletir diferentes níveis de relações e interações.
3. O modo mais profícuo de começar uma análise do componente espacial é empregar simples técnicas visuais;

(2) Linguagem espaço-tempo: a localização de um objeto ou evento no tempo e no espaço pode ser descrita pelo sistema de coordenadas de quatro dimensões (x, y, z, t).

(3) Linguagem substancial: o sistema de coordenadas não-espacial, que descreve um objeto ou evento por medidas num conjunto de propriedades e atributos (P1, P2, P3, ... Pn). (Goldstein 1981: 57 e 58).

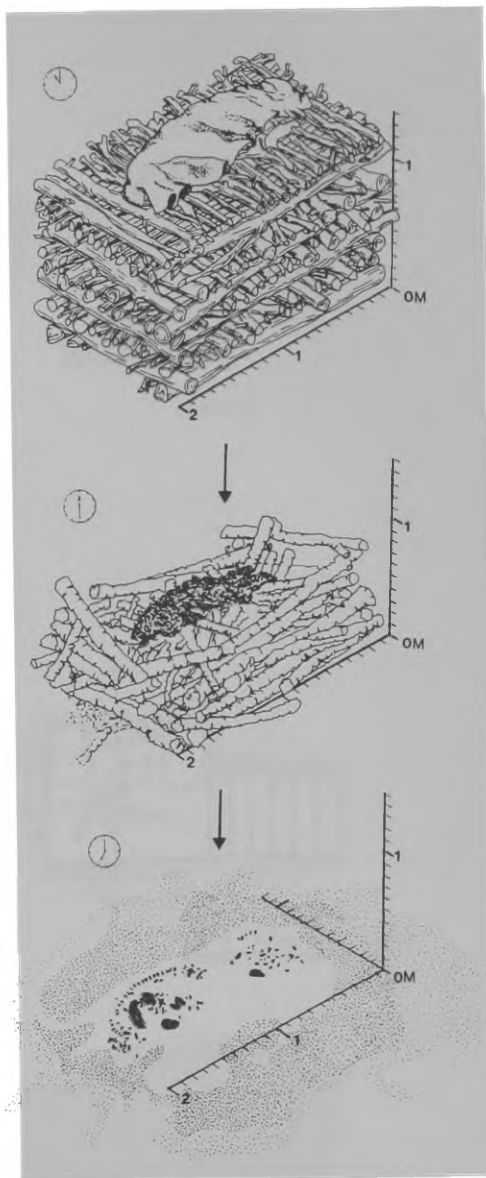


Fig 19. Diagrama esquemático de uma pira para cremação e seu colapso. Este experimento, envolvendo um porco não uma pessoa, ilustra quanto tempo leva e quais resíduos deixa uma cremação. (de Pearson 2002, p. 8, fig.1.1)

4. O componente espacial, quando usado como uma estrutura para examinar os resultados de abordagens de 'linguagem substancial', pode produzir um entendimento do significado e das interações dos grupos ou status representados.

5. É a relação entre componentes 'substanciais' e espaciais que fornecem a máxima informação sobre os elementos culturais representados num sítio mortuário (Goldstein 1981: 67).

Mike Parker Pearson (1982: 110; 1993: 206-7) também considera fundamental o papel do espaço na arqueologia funerária. Ele propõe uma metodologia de análise de contextos funerários que explora as relações entre os vivos e os mortos, e seu papel no sobrenatural, dividida em três tipos de análises:

1. Análise das relações espaciais e topográficas entre as moradas dos vivos e as dos mortos.

2. Análise da organização intra-sítio dentro das moradas dos vivos e dos mortos. Há aqui três tipos de comparações que podem ser feitas: 1. o contraste entre contextos como as unidades básicas de habitação e as de sepultura. (...) As variações nas áreas de habitação podem ser comparadas à variabilidade no contexto funerário. A estrutura do assentamento pode ser organizada de acordo a princípios tais como gênero, parentesco, status, ou outros princípios cosmológicos. Comparações podem ser feitas com a organização espacial de cemitérios de mesma data. A localização dos mortos na paisagem está em conformidade com um mapa simbólico da ordem social e revela seus valores num microcosmo. Comparações entre o desenvolvimento do assentamento e do cemitério podem revelar inconsistências que podem indicar o quanto o mundo dos mortos representa e age sobre as relações sociais entre os vivos. (...) Os processos de formação, abandono e realocação tanto de assentamentos quanto de cemitérios são elementos integrais dessa comparação.

3. Análise da distribuição de artefatos e conjuntos entre assentamentos, depósitos funerários e outros contextos. Estudos de conjuntos de contextos contrastantes podem fornecer uma avaliação mais válida do valor dos artefatos do que

o agrupamento potencialmente circular de calcular valores de tipos de mobiliário de acordo com sua raridade em contextos funerários, ou o cálculo do valor a partir do investimento de trabalho. Tal análise intercontextual alcança mais acuradamente o valor simbólico de diferentes tipos de artefatos e expõe os processos de seleção de mobiliário funerário.

Para Pearson,

“a arqueologia de práticas mortuárias não está mais confinada aos limites do cemitério. (...) A análise da variabilidade entre depósitos funerários individuais permanece como uma parte integral da metodologia, mas uma apreciação contextual desses depósitos requer a análise de outros dados arqueológicos. Os temas principais identificados são: o mapeamento do sagrado e do profano na paisagem e a identificação de relações físicas entre as moradas dos vivos e as dos mortos; comparações entre fundação e abandono, organização e morfologia de assentamentos e cemitérios; o exame da variabilidade intercontextual de conjuntos de artefatos entre depósitos mundanos e os vários depósitos rituais” (Pearson 1993: 227).

A publicação de *Regional Approaches to Mortuary Analysis* editada por Lane Anderson Beck, em 1995, vem confirmar a importância da análise espacial em maior escala na arqueologia funerária, tendência que se delineava desde Goldstein (1981). Segundo a editora, essa ampliação da pesquisa do nível de um único sítio para o nível regional não é apenas uma questão de escala, mas um redirecionamento importante que permite a introdução de novas questões a fim de complementar as pesquisas tradicionais.

“Quando o sítio é visto não como a estrutura de referência total mas como um único ponto na paisagem cultural, as questões mudam das relacionadas ao significado simbólico de uma dada categoria material à informação comunal comunicada pelo sítio em si como uma totalidade” (Beck 1995: xiii).

A ampliação da escala para o nível regional trouxe à discussão o tempo como importante elemento na pesquisa arqueológica funerária.

O tempo é também preocupação de O'Shea, que afirma: “enquanto um foco em sítios únicos é entendível em termos práticos, ele tem fraquezas sérias e inerentes. Entre elas, a abordagem de um único sítio:

1. artificialmente isola atividades funerárias de outros aspectos da sociedade, inclusive programas funerários alternativos;
2. tem dificuldades em distinguir padrões ‘significantes’ de padrões ‘idiossincráticos’ de diferenciação mortuária (particularmente no caso de categorias com ocorrências infrequentes;
3. não fornece nenhum controle de efeitos temporais” (O'Shea 1995: 125-126).

O autor acredita que na necessária reintegração dos estudos funerários ao estudo geral de culturas do passado, a região como unidade de análise se mostra útil. Segundo ele:

“O termo região [deve ser entendido aqui] como um atalho para a hierarquia de escalas sociais espaciais sobre as quais comportamento cultural é organizado significativamente (no passado) e entendido (no presente). Como tal estabelece uma estrutura na qual abordagens sincrônicas e diacrônicas podem ser combinadas, enquanto fornece também limites informados e críveis para estudos comparativos” (...) “Metodologicamente, a abordagem multissítios fornece um meio para distinguir categorias de diferenciação que representem padrões intencionais, de alcance regional (mesmo entre status sociais infrequentemente expressos), daqueles que são idiossincráticos ou específicos de um sítio” (...) [Além disso,] “tal pesquisa diacrônica pode fornecer não apenas a base para um entendimento ‘histórico’ dos materiais sob investigação mas também a base para uma análise rigorosa do uso e manipulação do simbolismo mortuário no passado” (O'Shea 1995: 126-127).

Goldstein reafirma: “Qualquer sítio mortuário particular pode representar considerável período de tempo, durante o qual ideias sobre espaço e lugar de morte podem ter mudado uma ou mais vezes. (...) Com essas mudanças vêm mudanças também no significado” (Goldstein 2002: 202).

Por outro lado, podemos encontrar uma definição para cemitérios que inclui fatores temporais e espaciais em Charles (1995):

“Cemitérios podem ser definidos como uma classe de dados compreendendo vestígios esqueléticos do morto, com atributos como estado de preservação, idade, sexo, patologia, evidência de manipulação, e mobiliário funerário ou outras associações; as datas e o intervalo de tempo de uso do cemitério; extensão espacial do cemitério; regularidade formal ou espacial dos enterramentos dentro do cemitério; espaçamento e densidade de cemitérios comparáveis pela região; sua localização em relação a outros tipos de sítios; variabilidade nos fatores acima através do tempo; etc. Muitas dessas dimensões podem ter carregado significado simbólico. A nível regional, essa informação pode ser reduzida a uma estrutura conceitual de espaço e tempo versus densidade e variabilidade. (...) Combinados, esses padrões fornecem uma perspectiva única da dinâmica social e demográfica a longo prazo” (Charles 1995: 81).

Charles e Buikstra (2002: 21-22) fazem uma série de afirmações a respeito das áreas funerárias:

- o local e o espaço da morte são importantes para o entendimento do significado e da dinâmica de longa duração das práticas mortuárias;
- mudanças nas práticas mortuárias frequentemente estão relacionadas a alterações nas condições sociais, econômicas, políticas e demográficas, da mesma maneira que essas práticas são manipuladas pelos vivos;
- práticas mortuárias são apenas um

meio pelo qual pessoas podem negociar questões sociais e políticas (Charles 1996; Goldstein 1980; 1981), e a diminuição da visibilidade arqueológica de um meio pode indicar a substituição de um modo de comunicação por outro como assinalar uma redução na interação;

- finalmente, estratégias na prática arqueológica devem ser diferenciadas de seus objetivos. Seres humanos são idiossincráticos, e devemos ser cuidadosos na maneira como nos relacionamos com o passado. Ignorar 'a força da evidência', dado o poder de nossas construções teóricas, resultaria na projeção de valores contemporâneos no passado, silenciando as pessoas que criaram, habitaram e mudaram o seu próprio mundo, silenciando as pessoas que viveram o passado.

Em resumo, os autores afirmam que os lugares e espaços de morte têm significado, mas sua importância e seu significado mudam na medida em que pessoas ativamente manipulam os rituais e os símbolos ao redor da morte, ao negociar suas vidas em contextos sociais e políticos constantemente em mudança.

Ao publicar o volume *The Space and Place of Death* em 2002, H. Silverman, editor ao lado de D. Small, considerou necessário fazer na introdução uma breve discussão da estrutura conceitual do volume, que consideramos fundamental ao ampliarmos a escala da pesquisa funerária. Sendo assim, eles entendem:

"paisagem como o meio-ambiente criado, construído cognitivamente, simbolicamente e fisicamente. Trata-se de um processo sócio-cultural-ambiental. Sociedades, grupos e indivíduos pertencentes a essas associações criam múltiplas e sobrepostas paisagens baseadas num conjunto de fatores geográficos, ecológicos, culturais, econômicos, sociais, políticos, ideológicos, entre outros, de longa duração e situacionais. Como afirma Halprin (1995: 242-243), 'paisagens são cultivadas, elas são o produto da intervenção das pessoas e da aplicação de valores humanos'. A

paisagem é historicamente condicionada por estruturas sociais, políticas e econômicas, entre outras, e por sua interpretação e materialização. (...) Essas paisagens são vivificadas por relações sociais espacializadas e 'pelas narrativas sobre elas ... [que] também trabalham para remodelar identidades sociais e culturais e como elas são representadas' (Allen et al. 1998: 1-2). Essa espacialidade de relações sociais é o espaço a que nos referimos" (Silverman 2002: 3).

Silverman e Small entendem lugar da seguinte maneira:

"Lugar é uma posição a partir de onde se apreende o espaço e, como espaço, tem um aspecto temporal. Como Allen et al. (1998: 9) afirmam a partir de sua perspectiva geográfica crítica, 'Espaços/Lugares são construídos materialmente e discursivamente, e cada modalidade dessa construção afeta a outra. Além do mais, cada lugar ou região 'chega' até o presente momento traçando longas histórias: histórias de economia e de política, de gênero, classe e etnicidade; e histórias, também, de muitas histórias diferentes que foram contadas sobre todas elas'. Lugar é físico no sentido de espaço topográfico e geomorfológico: a posição ou área ocupada por um objeto físico. É também relacional: uma localização específica que existe em referência a outras localizações. Sendo assim, lugar estrutura a paisagem numa forma tangível e recuperável e é permanentemente marcado (p. ex. o Vaticano). Lugar é também fenomenológico e efêmero (p. ex. Woodstock como um 'evento'; uma peregrinação; uma parada) como o foco de intenções humanas. (...) Lugares são cenários para comportamentos e atividades determinados. Lugares se aninham na paisagem de acordo com as intenções do espectador ... [cada] indivíduo define um conjunto de lugares relevantes baseado em comportamento antecipado ... [lugares existem] no espaço variada-

mente definido em escalas diferentes de compreensão, como coloca Jakle (1987: 26). (...) Lugares apresentam pistas experienciais que ensinam o participante-observador como agir e o que esperar (...). Já que o significado de um lugar deve necessariamente mudar com a intenção comportamental (Jakle 1987: 7), lugar é transitório e potencialmente multivocal. Lugares podem atender o indivíduo, a comunidade, e/ou a supracomunidade.”

Ação humana toma lugar (acontece, ocorre) em lugar (localização, espaço) e assim, toma lugar (cria lugar, cria espaço). Concomitantemente, lugar toma a nós: ele e sua espacialidade criam, constroem e restringem nossas ações da mesma maneira que nossas ações o criam e o vivificam reciprocamente. Esse entendimento da dinâmica e recorrência da vida espacial requer e se beneficia de uma abordagem analítica que é baseada em “prática, agência e estruturação” (Silverman 2002: 3).

Para os autores, está claro que escavações e surveys extensas espacialmente favorecem metodologicamente a pesquisa funerária de uma perspectiva espacial.

Identificar os mortos na paisagem vincula os vivos ao lugar. Silverman considera a paisagem como lugar de memória. “É fisicamente óbvia, é horizontal e verticalmente estratificada, e é empiricamente recuperável. Os arqueólogos precisam aplicar uma perspectiva temporalmente longa e espacialmente ampla a essas paisagens estratificadas. (...) Além disso, paisagens funerárias podem ser cooptadas por sociedades posteriores. O problema do que acontece com uma paisagem pré-existente (funerária, ritual, política, econômica, e todas elas estabelecidas situacionalmente) – como uma paisagem é retrabalhada com o passar do tempo à medida que as sociedades mudam e/ou novos povos chegam – é um tema crucial” (Silverman 2002: 5).

A esse respeito, B. Arnold afirma que a

“cooptação de paisagens mortuárias por populações posteriores que possam ou não ter uma associação cultural com os criadores originais do meio ritual construído tem sido interpretado como

um meio para estabelecer legitimação.

Paisagens rituais representam capital político; assim, o fenômeno de palimpsesto de paisagem pode estar diretamente relacionado ao processo de renegociação de estruturas sociais e políticas com o passar do tempo” (Arnold 2002: 132).

E Goldstein complementa: “O ambiente construído estrutura ações humanas, e atividades repetidas nesses espaços tornam-nos significantes. Esses espaços e paisagens podem continuar a ter significado para diferentes povos em diferentes épocas” (Goldstein 2002: 204).

Philippe Ariès (1991: 476) faz referência a cemitérios como parte da topografia de uma civilização e um signo identificador de uma cultura. O cemitério é uma paisagem cultural em evolução e transformação que interage com a sociedade ao redor dela (ver, p. ex., McGuire 1988; Sears 1989: 99-116; Sloane 1991, entre outros). Como tal, o projeto, a construção e o uso de cemitérios fornece uma perspectiva muito especial sobre o grau de isomorfismo entre prática social e ideologia. Lápides, cemitérios, e a parafernália funerária são idealmente adequadas à desconstrução através de várias abordagens de cultura material (ver, p. ex., Hodder 1989; Lubar e Kengery 1993; Schlereth 1999; Tilley 1990). Uma perspectiva espacial intensifica grandemente tal esforço (Silverman 2002: 6).

Silverman e Small enfatizam a imagética, o estilo, o tamanho, a posição e a localização de monumentos funerários em cemitérios como parâmetros que podem revelar as tensões sociais e as comparações de status feitas por indivíduos e grupos (ver também Cannon 1989). (Silverman 2002: 6)

A maneira como as novas pesquisas estão lidando com a dimensão espacial foi destacada por Goldstein, pois:

“as pessoas não estão necessariamente trabalhando em novas áreas, mas sim tentando integrar e sintetizar amplos, e frequentemente disparatados, dados de áreas nas quais arqueólogos vêm trabalhando há vários anos. A diferença hoje é que os pesquisadores estão cuidadosamente tentando incrementar

a base de dados ao adicionar dados mais cuidadosamente coletados e dados que vão acrescentar significado ao contexto e entendimento ao restante deles. A informação sendo coletada é frequentemente de natureza regional e pode incluir informação de surveys e de escavações. (...) [Isso] ilumina materiais escavados no passado sob condições mais problemáticas. Em outras palavras, dados antigos não estão sendo colocados de lado ou ignorados, eles estão sendo melhorados. Isso é um desdobramento extremamente promissor” (Goldstein 2002: 201-202).

Apesar disso, a autora considera essencial que percebamos “quais paisagens estavam visíveis a pessoas num momento particular e numa região específica”, pois “paisagens mais antigas estavam visíveis (como palimpsestos) a povos posteriores e tinham significado para eles, mesmo se esse significado tenha mudado na nova situação” (2002: 203). Os sítios mortuários são parte da paisagem global, bem como são aspectos da cultura e da sociedade, e devemos analisá-los no conjunto. Goldstein defende também o uso de novas tecnologias e GIS para simulações de paisagens num determinado

tempo, que poderiam nos ajudar na tentativa de entender a paisagem mortuária.

Conclusão

A discussão teórico-metodológica apresentada aqui mostra o quão complexa e ainda o quão relevante pode ser a análise arqueológica de vestígios funerários para o conhecimento de sociedades passadas. Para lidar com essa complexidade e tendo em mente a relevância desse tipo de evidência, apresentamos uma metodologia de trabalho que foi construída a partir de várias discussões teóricas e muitas pesquisas arqueológicas dos últimos quarenta anos, e que, todavia, não é definitiva. Confrontando-a com conjuntos de dados funerários específicos que se analise no momento, a reflexão metodológica deve ser contínua, e seu aprimoramento deve também ser um dos objetivos da pesquisa arqueológica.

Com este artigo, buscamos reforçar a importância de uma metodologia de análise bem estruturada na interpretação de material funerário, pois, como coloca Brown, “fraqueza metodológica diminui nossa capacidade de traduzir padrão funerário em inferências sociais críveis” (Brown 1995: 21). É nisso que acreditamos.

RAMAZZINA, A.A. Social structure and spatial organization of cemeteries: theoretical and methodological aspects in the archaeological study of funerary remains – a bibliographic review. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 12: 81-109, 2011.

Abstract: This paper discusses the theoretical and methodological aspects of the archaeological analysis of funerary evidence, highlighting its complexity and its relevance to the study of ancient societies, and presents a methodology constructed from theoretical discussions and archaeological research developed in recent decades.

Keywords: Mortuary practices – Necropolis – Funerary remains – Social structure – Spatial organization – Archaeological methodology.

Referências bibliográficas

- ALLEN, J.; MASSEY, D.; COCHRANE, A.
1998 Rethinking the Region. New York: Routledge.
- ARIÈS, P.
1991 The Hour of Our Death. Oxford: Oxford University Press.
- ARNOLD, B.
2002 A Landscape of Ancestors: The Space and Place of Death in Iron Age West-Central Europe. In: Small, D.; Silverman, H. (Orgs.) The Space and Place of Death. Symposium of the 64th Annual Meeting of the Society for American Archaeology, Chicago 1999. Archaeological Papers of the American Anthropological Association, 11 (2): 129-143.
- BARTEL, B.
1982 A Historical Review of Ethnological and Archaeological Analyses of Mortuary Practice. Journal of Anthropological Archaeology, 1: 32-58.
- BECK, L.A. (Ed.)
1995 Regional Approaches to Mortuary Analysis. New York: Plenum Press.
- BINFORD, L.R.
1971 Mortuary practices: their study and their potential. In: Brown, J.A. (Ed.) Approaches to the social dimensions of mortuary practices. Memoirs of the Society for American Archaeology n. 25. American Antiquity, 36 (3): 6-29.
- BLOCH, M.
1974 Symbols, Song, Dance, and Features of Articulation. Archives européennes de sociologie, 15: 55-81.
1994 Placing the Dead: Tombs, Ancestral Villages and Kinship Organization in Madagascar. Reissued edition, Waveland Press, Prospect Heights.
- BOARDMAN, J.
1989 Athenian Red Figure Vases, The Classical Period. London: Thames and Hudson.
2001 The History of Greek Vases. London: Thames and Hudson.
- BORDIEU, P.
1991 Language and Symbolic Power. Cambridge: Harvard University Press.
- BROWN, J.A.
1995 On Mortuary Analysis - with special reference to the Saxe-Binford Research Program. In: Beck, L.A. (Ed.) Regional Approaches to Mortuary Analysis. New York: Plenum Press: 3-26.
- BROWN, J.A. (Ed.)
1971 Approaches to the social dimensions of mortuary practices. Memoirs of the Society for American Archaeology n. 25. American Antiquity, 36 (3).
- CANNON, A.
1989 The historical dimension in mortuary expressions of status and sentiment. Current Anthropology, 30: 437-458.
- CHAPMAN, R.; RANDSBORG, K.
1981 Approaches to the archaeology of death. In: Chapman, R.; Kinnes, I.; Randsborg, K. (Eds.) The Archaeology of Death. Cambridge, Cambridge University Press: 1-24.
- CHAPMAN, R.; KINNES, I.; RANDSBORG, K. (Eds.)
1981 The Archaeology of Death. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHARLES, D.K.
1995 Diachronic Regional Social Dynamics; Mortuary Sites in the Illinois Valley/ American Bottom Region. In: Beck, L.A. (Ed.) Regional Approaches to Mortuary Analysis. New York, Plenum Press: 77-99.
1996 Death as a Medium for Social Action. Comunicação apresentada no 95th Annual Meeting of the American Anthropological Association, San Francisco.
- CHARLES, D.K.; BUIKSTRA, J.E.
2002 Siting, Sighting, and Citing the Dead. In: Small, D.; Silverman, H. (Orgs.) The Space and Place of Death. Symposium of the 64th Annual Meeting of the Society for American Archaeology, Chicago 1999. Archaeological Papers of the American Anthropological Association, 11 (2): 13-23.
- COURTAUD, P.
1995 Les Ensembles sépulcraux: fouille et interprétation des structures funéraires. Dossiers d'Archéologie, 208: 34-43.
- D'AGOSTINO, B.
1985 Società dei vivi, comunità dei morti: un rapporto difficile. Dialoghi di Archeologia, Roma, 3 (1): 47-58.
- D'AGOSTINO, B.; SCHNAPP, A.
1982 Les morts entre l'objet et l'image. In: Gnoli, G.; Vernant, J.P. (Dir.) La Mort, les morts dans les sociétés anciennes. Cambridge / Paris, Cambridge University Press/Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme: 17-25.

- DEMOULE, J.-P.
1982 *L'Analyse Archéologique des Cimetières et le Exemple des Nécropoles Celtiques*. In: Gnoli, G.; Vernant, J.P.(Dirs.) *La Mort, les morts dans les sociétés anciennes*. Cambridge /Paris, Cambridge University Press/Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme: 319-337.
- FUNARI, P.P.A.,
1988 *Arqueologia*. São Paulo: Ática.
- GARANGER, J.
1972 *Archéologie des Nouvelles-Hébrides: contribution à la connaissance des îles du centre*. Publications de la Société des Océanistes, n.30. Paris: Orstom.
- GNOLI, G.; VERNANT, J.P.(Dirs.)
1982 *La Mort, les morts dans les sociétés anciennes*. Cambridge /Paris, Cambridge University Press/Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme.
- GOLDSTEIN, L.
1980 *Mississippian mortuary practices: a case study of two cemeteries in the Lower Illinois valley*. Northwestern University Archeological Program, Scientific Papers, n.4, Evanston, Illinois.
1981 *One-dimensional archaeology and multi-dimensional people: spacial organisation and mortuary analysis*. In: Chapman, R.; Kinnes, I.; Randsborg, K. (Ed.) *The Archaeology of Death*. Cambridge, Cambridge University Press: 53-69.
2002 *Afterword - Visible Death: Mortuary Site and Mortuary Landscape in Diachronic Perspective*. In: Small, D.; Silverman, H. (Orgs.). *The Space and Place of Death*. Symposium of the 64th Annual Meeting of the Society for American Archaeology, Chicago 1999. *Archaeological Papers of the American Anthropological Association*, 11 (2): 201-205.
- HALPRIN, L.
1995 *Nature into Landscape into Art*. In: Thompson, G. (Ed.) *Landscape in America*. Austin, University of Texas Press: 241-250.
- HERTZ, R.
1960 *Death and the Right Hand*. Aberdeen: Cohen and West. Publicado primeiro em francês em 1907.
- HODDER, I.
1989 *The Meanings of Things. Material Culture and Symbolic Expression*. London: Unwin Hyman.
1994 *Interpretación en Arqueología: corrientes actuales*. Barcelona: Critica / Grupo Grijalbo-Mondadori.
- HODDER, I. (Ed.)
1982 *Symbolic and Structural Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUNTINGTON, R.; METCALF, P.
1979 *Celebrations of Death; The Anthropology of Mortuary Ritual*. Cambridge: Cambridge University Press.
- INOMATA, T.; COBEN, L.S.
2006 *Overture: An Inventory to Archaeological Theater*. In: Inomata, T.; Coben, L.S. (Eds.) *Archaeology of Performance: Theatres of Power, Community, and Politics*. *Archaeology in Society Series*, Altamira Press, Lanham: 11-46.
- INSOLL, T.
2004 *Archaeology, Ritual, Religion. Themes in Archaeology*. London: Routledge.
- JAKLE, J.
1987 *The Visual Elements of Landscape*. Amherst: University of Massachusetts Press.
- JOUKOWSKI, M.
1980 *A Complete Manual of Field Archaeology*. New York: Prentice-Hall Press.
- KUS, S.
1992 *Toward an Archaeology of Body and Soul*. In: Gardin, J.C.; Peebles, C.S. (Eds.) *Representations in Archaeology*. Bloomington, Indiana University Press: 168-77.
- LANERI, N.
2007 *An Archaeology of Funerary Rituals*. In: Laneri, N. (Ed.) *Performing Death; Social Analyses of funerary traditions in the Ancient Near East and Mediterranean*. (2nd printing 2008). Chicago, The Oriental Institute of the University of Chicago (*Oriental Institute Seminars*, 3): 1-13.
- LANERI, N. (Ed.)
2007 *Performing Death; Social Analyses of funerary traditions in the Ancient Near East and Mediterranean*. (2nd printing 2008). Chicago, The Oriental Institute of the University of Chicago (*Oriental Institute Seminars*, 3).
- LARSEN, C.S.
1995 *Regional Perspectives on Mortuary Analysis*. In: Beck, L.A. (Ed.) *Regional Approaches to Mortuary Analysis*. New York, Plenum Press: 247-264.
- LEACH, E.W.
1976 *Culture and Communication*. Cambridge: Cambridge University Press.

- LEROI-GOURHAN, A. (Dir.)
1988 Dictionnaire de la préhistoire. Paris: PUF.
- LUBAR, S.; KINGERY, W. (Eds.)
1993 History from Things: Essays on Material Culture. Washington DC: Smithsonian Institution Press.
- MELLAART, J.
1963 Early Cultures of the South Anatolian Plateau. The Late Chalcolithic and Early Bronze Ages in the Konya Plain. Anatolian Studies XIII. Beirut, Les Editions Khayats.
- McCAULEY, R.N.; LAWSON, E.T.
2002 Bringing Ritual to Mind: Psychological Foundations of Cultural Forms. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- McGUIRE, R.
1988 Dialogues with the Dead: Ideology and the Cemetery. In: Leone, M.; Potter, P. (Eds.) The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the Eastern United States. Washington DC, Smithsonian Institution Press: 435-480.
- McINTOSH, J.
1987 Guia Práctica de Arqueología. Madrid: Hermann Blume.
- MORRIS, I.
1992 Death-Ritual and Social Structure in Classical Antiquity. Cambridge: Cambridge University Press.
- O'SHEA, J. M.
1981 Social configurations and the archaeological study of mortuary practices: a case study. In: Chapman, R.; Kinnes, L.; Randsborg, K. (Eds.). The Archaeology of Death. Cambridge, Cambridge University Press: 39-52.
1984 Mortuary Variability; an Archaeological Investigation. Orlando: Academic Press.
1995 Mortuary Custom in the Bronze Age of Southeastern Hungary; Diachronic and Synchronic Perspectives. In: Beck, L.A. (Ed.) Regional Approaches to Mortuary Analysis. New York, Plenum Press: 125-145.
- PEARSON, M.P.
1982 Mortuary Practices, Society and Ideology: an ethnoarchaeological study. In: Hodder, I. (Ed.) Symbolic and Structural Archaeology. Cambridge, Cambridge Uni. Press: 99-113.
1993 The Powerful Death: Archaeological Relationships between the Living and the Dead. Cambridge Archaeological Journal, 3 (2): 203-229.
- 2002 The Archaeology of Death and Burial. CollegeStation: Texas A&M University Press, 3rd print.
- RAPPAPORT, R.A.
1999 Ritual and Religion in the Making of Humanity. Cambridge Studies in Social and Cultural Anthropology, 110. Cambridge: Cambridge University Press.
- RODRIGUES, J.C.
1983 Tabu da Morte. Rio de Janeiro: Achiamé.
- SCHIFFER, M.B.
1972 Archaeological context and systemic context. American Antiquity, 37: 156-65.
1976 Behavioural Archaeology. New York: Academic Press.
- SCHLERETH, T. (Ed.)
1999 Material Culture Studies in America. Walnut Creek, Calif: Altamira Press.
- SCHNAPP, A. (dir.)
1980 L'Archéologie aujourd'hui. Paris: Hachette.
- SEARS, J.
1989 Sacred Places: American Tourist Attractions in the Nineteenth Century. New York: Oxford University Press.
- SILVERMAN, H.
2002 Introduction: The Space and Place of Death. In: small, D.; Silverman, H. (Orgs.) The Space and Place of Death. Symposium of the 64th Annual Meeting of the Society for American Archaeology, Chicago 1999. Archaeological Papers of the American Anthropological Association, 11 (2): 1-11.
- SLOANE, D.
1991 The Last Great Necessity: Cemeteries in American History. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- SMALL, D.B.; SILVERMAN, H.
2002 Preface. In: Small, D.; Silverman, H. (Orgs.) The Space and Place of Death. Symposium of the 64th Annual Meeting of the Society for American Archaeology, Chicago 1999. Archaeological Papers of the American Anthropological Association, 11 (2): iv.
- SMALL, D. AND SILVERMAN, H. (ORGS.)
2002 The Space and Place of Death. Symposium of the 64th Annual Meeting of the Society for American Archaeology, Chicago 1999. Archaeological Papers of the American Anthropological Association, 11(2).
- TAMBIAH, S.J.
1979 A Performative Approach to Ritual.

- Proceedings of the British Academy, 65: 113-169.
- TAMBURELLO, I.
1967 Necropoli: l'esplorazione 1953-54. Parte I. *Notizie degli Scavi di Antichità*, 21: 354-378.
- TILLEY, C. (ED.)
1990 *Reading Material Culture*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- UBERLAKER, D.H.
1986 *Human Skeletal Remains: Excavation, Analysis, Interpretation*. Washington DC: Smithsonian Institution/Taraxacum (Manuals on Archaeology, 2).
- UCKO, P.J.
1969 Ethnography and archaeological interpretation of funerary remains. *World Archaeology*, 1 (2): 262-280.
- VAN GENNEP, A.
1960 *The Rites of Passage*. London. Publicado primeiro em francês em 1909.
- VERNANT, J.P.
1982 Introduction. In: Gnoli, G.; Vernant, J.P. (Dir.) *La Mort, les morts dans les sociétés anciennes*. Cambridge /Paris, Cambridge University Press/Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme: 5-15.
- VIALOU, D.
1998 *Le cadavre et les rites funéraires paléolithiques*. In: Gaillard, Ch. (Ed.) *Les évidences du corps et la vie symbolique*. Paris, École nationale supérieure des Beaux-Arts: 13-30.
- ZIEGLER, C.; BOVOT, J.L.
2001 *A Tumba de Sennedjen em Deir el-Medina*. São Paulo: FAAP.